

Prospectiva (Frutal-MG).

A permanência da problemática fundiária no campo: um estudo de caso no município de Frutal.

Reginei Pedro Bertoldo.

Cita:

Reginei Pedro Bertoldo (2016). *A permanência da problemática fundiária no campo: um estudo de caso no município de Frutal*. Frutal-MG: Prospectiva.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/editora.prospectiva.oficial/27>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pVe9/6ro>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



**A permanência da
problemática fundiária no
campo: um estudo de caso
no município de Frutal**

Reginei Pedro Bertoldo

COLEÇÃO
Produzir Cidadania

EDITORA
PROSPECTIVA

Reginei Pedro Bertoldo

A permanência da problemática fundiária no campo:
um estudo de caso no município de Frutal

Frutal-MG
Editora Prospectiva
2016

Copyright 2016 by Reginei Pedro Bertoldo

Capa: Jéssica Caetano

Foto de capa:

<https://sepechapa4sg.files.wordpress.com/2010/10/8032.jpg>

Revisão: O autor

Edição: Editora Prospectiva

Editor: Otávio Luiz Machado

Assistente de edição: Jéssica Caetano

Conselho Editorial: Antenor Rodrigues Barbosa Jr, Flávio Ribeiro da Costa, Leandro de Souza Pinheiro, Otávio Luiz Machado e Rodrigo Portari.

Contato da editora: editorapropectiva@gmail.com

Página: <https://www.facebook.com/editorapropectiva/>

Telefone: (34) 99777-3102

Correspondência: Caixa Postal 25 – 38200-000 Frutal-MG

Bertoldo, Reginei Pedro.

A permanência da problemática fundiária no campo – um estudo de caso no município de Frutal. Frutal: Prospectiva, 2016.

ISBN: 978-85-5864-023-7

1. Reforma Agrária. 2. Movimentos sociais. 3. Assentamentos.
I. Bertoldo, Reginei Pedro. II. Universidade do Estado de Minas Gerais.
III. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar meu Trabalho de Conclusão de Curso, sinto-me aliviado por ter vencido esta etapa tão importante na minha vida, que é concluir o curso de Geografia. Dediquei várias horas de meus dias pesquisando, buscando informações, dados e trabalhos de campo, abdicando de algumas horas de lazer junto a amigos e até familiares, deixando de viver momentos que com certeza seriam únicos, mas tive a felicidade de poder contar com a compreensão destes que me apoiaram e acreditaram em mim.

Na universidade, vários foram os amigos de curso que incentivaram e deram forças para não desanimar nunca, talvez por estarem no mesmo barco e na intenção de acharem forças para si próprios, pois, as dificuldades aparecem, mas são obstáculos que nos fazem crescer e procurar fazer o melhor. Ciente de que essa etapa da universidade é apenas o começo para uma vida acadêmica, porém, buscando olhar muito além do horizonte, é importantíssima que essa base seja sólida para dar sustentação a um futuro promissor em prol do crescimento pessoal e para o desenvolvimento da ciência geográfica.

Escrevo aqui algumas palavras de modo espontâneo para levar o meu agradecimento a todos aqueles amigos que me apoiaram, os que são de fora da universidade que deram contribuições importantíssimas, tanto na prática como forças com suas palavras de incentivos que me fizeram sentir tão importante e forte que hoje estou escrevendo isso. Agradecimento especial, primeiramente, à minha esposa que teve paciência e me ajudou a concluir este trabalho. Ao Sr. Rubens Roberto Ferreira, que iniciou sua caminhada nesse projeto, porém, por motivos pessoais, teve que afastar-se. A todos os professores que fizeram parte dessa caminhada e que contribuíram com palavras de crédito, com empréstimo de bibliografias e outras contribuições que às vezes não me lembro nesse momento. Ao meu orientador Professor André Vinícius Martinez Gonçalves, que me surpreendeu quando passei o texto para correção e tive a felicidade de ter uma posição muito positiva. À Professora Iracema Senise Caproni A. Jamal pela convicção, alegria e crédito em relação aos trabalhos acadêmicos. Por fim, agradeço a Deus por ter me dado esta oportunidade de poder concluir essa etapa da minha vida que considero um sucesso, poder sentir-me realizado e dar minha pequena contribuição ao conhecimento.

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1: Placa de fundação do assentamento Bananal. Autor: BERTOLDO, jan. 2009

Foto 2: Primeira casa mais antiga do assentamento. Autor: FERREIRA, jan. 2009

Foto 3: Plantação de milho do primeiro assentado. Autor: BERTOLDO, jan. 2009

Foto 4: Plantação de pimentas no quarto lote. Autor: BERTOLDO, jan. 2009

Foto 5: Formação de mudas diversificadas. Autor: BERTOLDO, jan. 2009

Foto 6: Criação de cabras. Autor: BERTOLDO, jan. 2009

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Despejos e expulsões da terra – 1986-2006 – Atlas da questão agrária brasileira, 2008

Gráfico 2 - Litros leite/Animal/Dia - Fonte: IBGE, 2009 - Organização, tabulação e cálculos das médias: GONÇALVES, A. V. M., jun. 2009

Gráfico 3 - Descobrimo o movimento de busca pela terra. Organização e tabulação das medias: BERTOLDO, jan. 2009

Gráfico 4 - Qual a dificuldade. Organização e cálculos das medias: BERTOLDO, Jan. 2009

Gráfico 5 - De onde vens? Organização e cálculos das medias: BERTOLDO, Jan. 2009

Gráfico 6 - É um trabalhador rural? Organização e cálculos das medias: BERTOLDO, Jan. 2009

Gráfico 7 - O que deixou para traz? Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, Jan. 2009

Gráfico 8 - Busca por uma vida melhor. Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, jan. 2009

Gráfico 9 - Dificuldades nas atividades agrícolas. Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, Jan. 2009

Gráfico 10 - Parcerias. Organização e cálculos e médias:
BERTOLDO, jan. 2009

Gráfico 11 - Escolaridade. Organização e cálculos das medias:
BERTOLDO, Jan. 2009

Gráfico 12 - Renda. Organização e cálculos das médias:
BERTOLDO, jan. 2009

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Índice de GINI 2003 – Fonte: Atlas da questão agrária, 2008

Mapa 2 - Violência contra camponeses e trabalhadores rurais – 1996-2006 – Fonte: Atlas da questão agrária 2008

Mapa 3 - Município de Frutal destacando os assentamentos do Banco da Terra – Autor: NETO. Jun. 2009

ÍNDICE DE SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
CFP - Companhia de Financiamento da Produção
CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
COBAL - Companhia Brasileira de Alimentos
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EMATER – Empresa de Assistência
FHC - Fernando Henrique Cardoso
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
ITR - Imposto Territorial Rural
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MLST - Movimento de Luta dos Sem-Terra
MST - Movimento dos Sem-Terra
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e no Nordeste
PT - Partido dos Trabalhadores
UDN - União Democrática Nacional
UDR - União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
INTRODUÇÃO.....	12
1. BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS NO BRASIL.....	23
2. O MUNICÍPIO DE FRUTAL/MG E O PROCESSO DE LUTA EM BUSCA DA TERRA.....	51
2.1. O município de Frutal.....	51
2.2. O processo de luta em busca da terra.....	53
3. O PROJETO BANCO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE FRUTAL.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
ANEXOS.....	113

INTRODUÇÃO

O acesso a terra no Brasil e sua distribuição desigual e concentrada é uma questão que faz parte de nossa história e marca de maneira sobreposta à formação da organização do território e da sociedade brasileira.

Traço marcante da realidade do campo no Brasil continua ser a permanência da concentração de terras nas mãos de uma pequena parcela da sociedade que detém a propriedade e o capital. Os milhares de lavradores, pequenos proprietários ou arrendatários, foram expropriados e expulsos havendo um estrangulamento da pequena propriedade pelo grande latifúndio, pela extensão das pastagens, lavouras, gerando a expansão do capital e de seu poder. De acordo com Girardi (2008):

Em 2003 o índice de Gini para o Brasil era 0,816, o que indica grande concentração, já que quanto mais próximo de um número maior é o grau de concentração da terra. A evolução entre 1992 e 2003, de apenas - 0,010, confirma que as políticas de reforma agrária não tocaram na concentração geral da estrutura fundiária brasileira. (Não pag.)

Em recente pesquisa sobre a realidade da agropecuária no Brasil divulgada pelo IBGE¹ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais exatamente, em setembro de 2009, confirma que a concentração de terras ainda é realidade no país. A concentração e a desigualdade regional são comprovadas pelo índice de Gini da estrutura fundiária. De acordo com IBGE o índice Gini em 2006 era de 0,872 para a estrutura agrária brasileira, sendo superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

Conforme Girardi (2008), mapa 1, podemos perceber claramente que a concentração de terras no campo é a estrutura predominante no território nacional, o que indica a emergência, qualquer que seja o governo em voga, da necessidade de não só desenvolver, mas por em prática uma reforma agrária que quebre com o círculo vicioso da concentração e promova de fato uma verdadeira transformação.

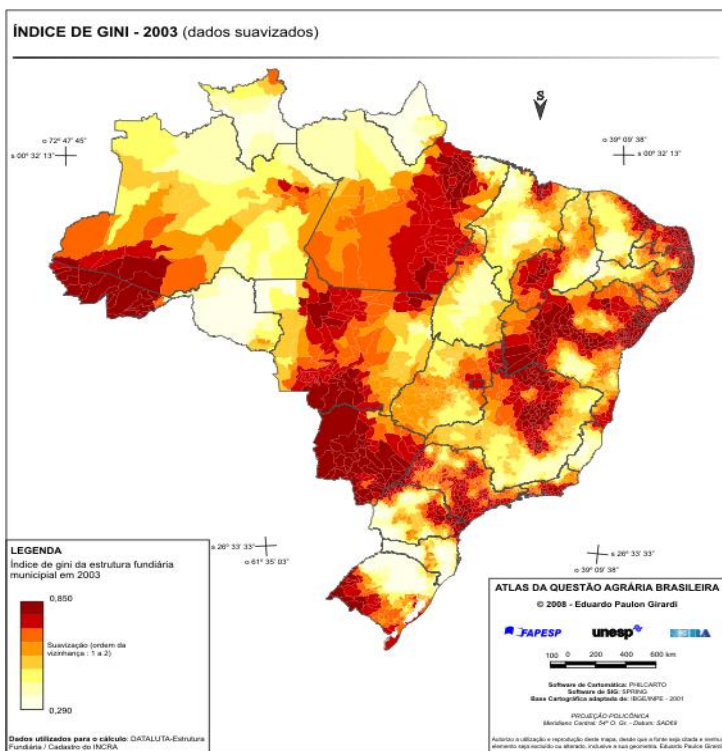
Ao tomarmos o significado do termo reforma, esse em nossa perspectiva necessariamente implica em uma transformação no sentido total, na raiz do problema, totalmente radical, um rearranjo completo do que está posto, pois ante da situação de exclusão dos agricultores familiares e dos indivíduos sem

¹ Censo Agropecuário 2006 divulgado em Setembro de 2009.

terra, de espoliação do campo, da concentração da riqueza e dos obstáculos à justiça social no campo, qualquer mudança deve vir mais próxima do sentido de transformação, radical/raiz dessa estrutura, portanto, mais que uma reforma um verdadeira revolução agrária. Segundo Junior (1987 p. 11), revolução significa:

(...) o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em um período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.

Partiríamos daí para buscar um melhor entendimento da problemática fundiária no Brasil. Programas regionais como o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e no Nordeste (PROTERRA), políticas de assentamentos para fins estatísticos, programas baseados na ideologia de mercado não produzem essa transformação necessária no campo brasileiro. Há de se pensar mais profundamente sobre essas questões e buscar na raiz dos problemas a solução real.



Mapa 1 - Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

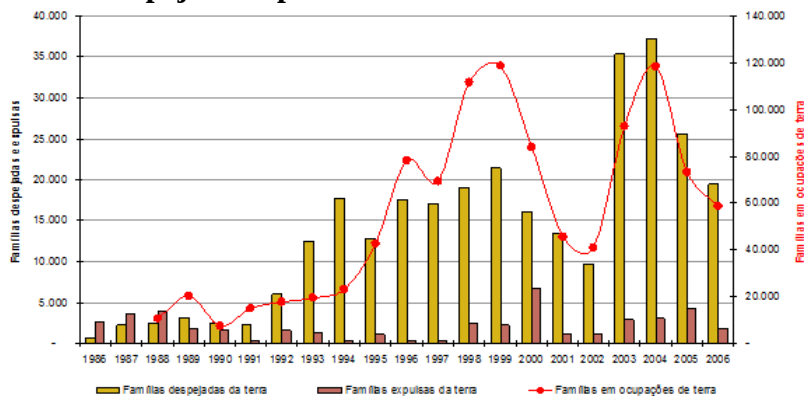
De acordo com Martins (1980, p. 45) “A questão da propriedade da terra no Brasil, e da situação das pessoas que nela trabalham ou dela precisam para trabalhar é “(...) extremamente grave”, devido à grande concentração de terras nas mãos de poucos que cada vez se apropriam de mais

terras, transformando a terra em terras para “*negócio e exploração*”.

No município de Frutal/MG, de acordo com o mapa de Girardi (2008), há concentração de terras, não igual às que existem em outras áreas, onde podemos verificar que possui uma concentração maior dos grandes latifúndios, mas pela média, de acordo com o mapa, estaria no índice de Gini aproximadamente em 0,57.

A expropriação e exploração, executada pelas grandes empresas capitalistas e pelo próprio governo, tem a terra como mero negócio, onde a usa para obter lucros, expandindo as grandes fazendas de gado, monocultura, o que redunde na expulsão de posseiros, arrendatários e pequenos lavradores que tem na terra a busca de sua sobrevivência ou manutenção de vida.

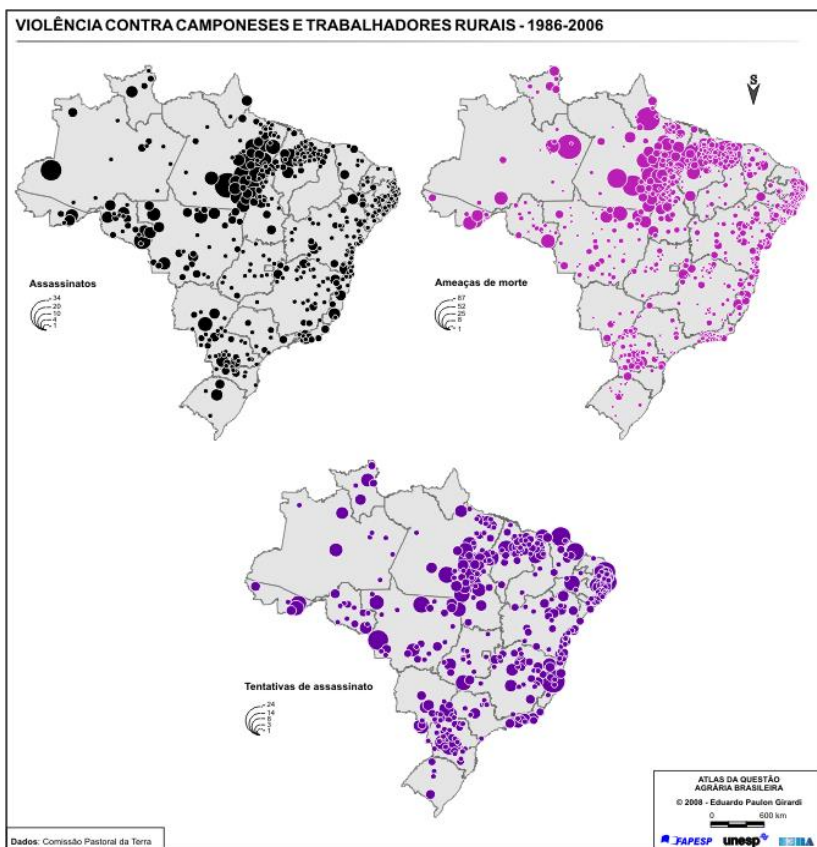
Despejos e expulsões da terra – 1986-2006



Dados: CPT e DATALUTA - Org.: Eduardo Reolon Girard

Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

Observa-se que as expulsões continuam, mas em contrapartida, as ocupações de terras também acontecem demonstrando que a luta pela posse da terra também continua principalmente através dos movimentos sociais do campo. Essa realidade, isto é, a aliança Capital-Estado, expulsão-expropriação redonda em sua máxima expressão os conflitos que muitas vezes culminam com a morte de trabalhadores, conforme apresentado no mapa a seguir.



Mapa 2 - Fonte: Atlas da questão agrária brasileira, 2008.

Como podemos observar nos mapas, as ameaças de mortes, motivados pelos conflitos em busca da terra não cessam, culminando no seu extremo como assassinatos dos que lutam pela terra,

levando assim a um quadro cada vez mais grave da realidade agrária no país.

A luta pela terra e sua análise não ficam circunscritas ao universo dos movimentos sociais ou da Academia, surgindo, por exemplo, no meio artístico, caso notório a ser mencionado o de Chico Buarque de Holanda (1966), que canta o poema de João Cabral de Mello Neto retratando essa realidade, isto é, de que o que resta para alguns nada mais é de que sua cova nessa terra que tanto sonhou e lutou para consegui-la.

Morte e Vida Severina

Chico Buarque

Composição: Chico Buarque sobre poema de João Cabral de Mello Neto

**Esta cova em que estás, com palmos medida
É a conta menor que tiraste em vida**

**É de bom tamanho, nem largo, nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio**

**Não é cova grande, é cova medida
É a terra que querias ver dividida**

**É uma cova grande pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho que estavas no mundo**

**É uma cova grande pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo, te sentirás largo**

**É uma cova grande pra tua carne pouca
Mas à terra dada não se abre a boca**

É a conta menor que tiraste em vida

**É a parte que te cabe deste latifúndio
(É a terra que querias ver dividida)**

**Estarás mais ancho que estavas no mundo
Mas à terra dada não se abre a boca**

Partimos do princípio de que o processo de expropriação-exploração do binômio trabalhador-terra é condicionado mediante a lógica do capital, portanto qualquer realidade inerente ao campo, seja na produção, seja nas relações sociais de trabalho devem ser pensados nesse âmbito, isto é, na relação terra e tudo aquilo que ele congrega e a lógica do Capital.

No tocante as relações de trabalho, segundo Oliveira (1986, p. 12) é um processo contraditório:

O desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina as relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato

e a propriedade capitalista da terra. A terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada.

Esse processo acontece sem que o trabalhador seja expropriado dos meios de produção e sem sair da terra, porém, seu trabalho e sua produção ficam subjugados ao Capital. De acordo com o mesmo autor:

Estamos, pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. Estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital... este processo se dá quer pela compra da terra, quer pela subordinação da produção camponesa. (p.13).

O presente trabalho trata a questão baseado no conceito de propriedade da terra para o trabalho, para sua sobrevivência nela. Analisamos as formas usadas pelos indivíduos via movimentos e organização sociais para conseguir um pedaço de chão, bem como problemas de toda ordem, tais como a falta de incentivos, políticas agrícolas para melhoria e continuidade de suas atividades.

Pretende-se assim, na perspectiva deste trabalho no primeiro capítulo, traçar um breve sumário sobre a questão da terra no Brasil e suas contradições. No segundo capítulo, vislumbra-se uma

breve pontuação sobre a forma como diferentes movimentos sociais se articulam pelo acesso a terra, tendo como objeto espacial de análise o município de Frutal/MG, e no terceiro capítulo, tenciona-se realizar uma identificação e análise de um assentamento constituído no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) via o programa do Banco da Terra.

1. BREVE HISTÓRICO DAS POLITICAS AGRÁRIAS NO BRASIL

A história do Brasil iniciada em 1500 não pode ser desatrelada ao processo do capitalismo mercantilista colonial que ocorreu na Europa. Via as grandes navegações, procuravam novas terras e riquezas além-mar. Essa exploração foi uma forma de aumentar o mercado e expandir o sistema capitalista que já vinha sendo desenvolvido. De acordo com Serra (2003, p. 231):

A fase inicial da colonização do Brasil constituiu a rigor o transplante de instituições europeias, de natureza capitalista, para um território habitado por uma coletividade indígena em estado de selvageria, com uma organização socioeconômica rudimentar, em que o solo devia ser explorado em comum e seus resultados partilhados a todos.

Em 1500, Pedro Álvares Cabral, financiado pela Ordem de Cristo, atracou em terras brasileiras, no começo denominado Terras de Santa Cruz. Foi o início de toda a história da formação do território brasileiro, onde a exploração da madeira do pau-brasil era a principal atividade econômica. Gradualmente, o conquistador invadiu os espaços habitados por povos indígenas, começando assim a

exploração humana e territorial que, de acordo com Fernandes (2000, p. 25):

(...) é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico.

Com a chegada dos portugueses a essas terras, inicia-se o domínio e apropriação lusitana sobre esse novo território. Leite (2007 p. 2) diz:

Tratava-se da dominação de um novo conquistador – o europeu português – que se encontrava, a sua vez, integrado em um sistema de poder e de cultura que remontava às civilizações clássicas (grega e romana) e à vertente religiosa judaico-cristã. Do ponto de vista espacial, a “descoberta” do Brasil não foi outra coisa senão cravar-se o domínio lusitano sobre o “mundo novo”, em nome do Rei de Portugal e da Ordem de Cristo.

Nesse sentido podia-se dizer que:

(...) o território brasileiro era uma propriedade pública da Coroa. Esta como entidade de Direito Público, e não como entidade privada – propriedade do Rei de Portugal – isto a entender a situação do Chefe de Estado, como representante da Nação”.(STEFANINI, 1978 *apud* LEITE, 2007).

Inicialmente, a Coroa Portuguesa não manifestou interesse maior no desbravamento das terras recém-descobertas. A fase inicial, nos primeiros trinta anos a partir de 1500 da chegada dos portugueses no Brasil, se deu com o sistema de escambo, pelo qual se trocavam mercadorias manufaturadas com a madeira do pau-brasil retiradas pelos indígenas. E só a partir de 1534 é que Portugal decidiu povoar e colonizar o Brasil. E a maneira que iniciou esse processo foi com a introdução de cana de açúcar, altamente rentável, onde já tinha a experiência com esse produto nas ilhas Canárias no Atlântico. A essa cultura, dada às condições de produção do período, demandava mão de obra abundante, foi que, neste contexto, começa a escravização, primeiramente dos indígenas e posteriormente dos povos oriundos da África. Furtado, 1963 (*apud* SERRA, 2003) que diz:

(...) essa experiência resultou ser de enorme importância, pois além de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros.

Portugal adotou o regime das capitanias hereditárias em 1534², pelo qual doava terras e o direito de só quem recebeu as terras, colocarem moendas e outros engenhos, sendo assim, o Brasil foi dividido em doze capitanias hereditárias. A próxima divisão das terras foi pelo regime da sesmaria, que consistia em doação de terras em abundância a quem possuísse meios para cultivá-las. Isso era baseado na crise de abastecimento do reino português e ao mesmo tempo estava ligada à produção de açúcar para exportação. Sendo a colônia brasileira uma grande extensão, seria propício e lucrativo esse processo. Nesse ponto, poderíamos, poderíamos destacar, devido às condições exigidas para que se conseguido o direito de trabalhar na terra, o que pode

² A forma que se iniciou a colonização foi alterada, em 1534, para o sistema de capitanias hereditárias, entregues a indivíduos (donatários) de pequena expressão social e econômica designados pelo Rei. Dividiu-se a costa brasileira em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas. Tinha o donatário poderes para fazê-lo como melhor aprouvesse, sem pensão nem foro, apenas com o dízimo à Ordem de Cristo. Ficava reservada ao donatário uma área de dez léguas de costa, igualmente livre e isenta de todo tributo, exceto o dízimo. Cabiam-lhe, por outro lado, a redízima, isto é, um décimo da dízima das rendas pertencentes à Coroa e ao mestrado de Cristo; a vintena do pau-brasil; a dízima do quinto pago à Coroa por qualquer parte de pedrarias, pérolas, ouro, prata, estanho, chumbo, etc. (SERRA, 2003. p. 233)

ser entendido o que viria a ser definido como função social, que vai ser discutido mais adiante no texto. O sesmeiro teria cinco anos para produzir nas terras doadas, se não as fizesse, estas voltariam ao domínio da Coroa, dando origem às terras devolutas. Mas mesmo com essa condição, a coroa portuguesa não conseguiu controlar o processo, o que levou a formação dos grandes latifúndios (SILVA, 1997, p. 16).

De acordo com Leite (2007), “com o Brasil já independente, extinguiu-se definitivamente o regime sesmarial, em 22 de outubro de 1823, através de uma Provisão Imperial.” Com o fim das sesmarias, não havia uma lei para regulamentação da distribuição de terras, assim os antigos proprietários que possuíam além do poder político e financeiro e que haviam sido contemplados com o sistema de sesmaria puderam aumentar ainda mais suas posses.

Este processo de distribuição de terras segue até o ano de 1850, quando o Brasil, especialmente no eixo Rio/São Paulo com a expansão das grandes lavouras de café, além de outras culturas que outrora foram fundamentais na condução da economia colonial, como exemplo, a cana-de-açúcar, precisava resolver o problema da legalização das propriedades e também a questão da mão-de-obra devido à

proibição do tráfico de negros da África, tendo estes fazendeiros que substituir esses escravos por imigrantes de várias partes do mundo. Impulsionado por essa crescente condenação internacional ao tráfico negreiro, principalmente pela Inglaterra, vê-se no país a necessidade de modernizar, de ter um sistema de atribuição e controle da propriedade agrária.

Foi promulgada em de 18 de setembro de 1850, a Lei nº 601, conhecida como a “Lei de Terras”. Os princípios da Lei de Terras consistiam, fundamentalmente, de um lado, em proibir a transferência de terras públicas a particulares e, de outro, em legitimarem-se as posses já formadas. Assim, o imigrante estaria colocado diante de um quadro já estabelecido, devendo este trabalhar para os grandes fazendeiros e não podendo adquirir um pedaço de terra. Fausto (2003) *apud* Leite (2007) entende que:

(...) a Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes. Ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado para afastarem posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de adquirir terras, antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar

a substituir a mão-de-obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários. (p. 7)

O interesse particular e pessoal dos proprietários respaldado pela Lei de Terras não daria oportunidade de trabalhadores do campo, ex-escravos e imigrantes de ter acesso a terra. Em suma, a terra que sempre esteve nas mãos da elite, assim permaneceria visto que a possibilidade das classes menos favorecidas em se apropriar de um pedaço de chão tinha como obstáculo a Lei de Terras, o que por si só impossibilitava uma distribuição mais democrática das terras.

A terra sempre foi uma mercadoria especial, por assim dizer,³ porque desde o chamado descobrimento, estava dentro de uma questão mercantilista, visto que desde os tempos iniciais da colonização sempre possibilitou aos seus detentores um acúmulo de renda⁴. Com a Lei de Terras,

³ Diferente de outras mercadorias a terra não é fruto do trabalho do homem e neste sentido dadas as suas particularidades, é considerada como uma mercadoria especial. Estou ciente de que há um profundo e intenso debate em torno da questão terra - mercadoria, porém aqui, não é o objeto de discussão e investigação.

⁴ A renda da terra está dentro do debate da questão da terra. Consultar OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo. Ática, 1986.

oficializou-se essa condição de mercadoria e passou a possuir valor de mercado. E é nesse valor de mercado que está baseado a questão agrária no Brasil, causadores de vários conflitos.

Vários episódios durante a história marcaram o conflito pela terra e todos demonstram que os poderes das elites estão acima de qualquer possibilidade de uma distribuição mais democrática de renda fundiária e de terras. É a lógica do capitalismo baseada em uma economia de classes. Estes conflitos sempre marcaram a história do Brasil e cito aqui, a título de exemplo, dois dos mais famosos, que foram a Guerra de Canudos e do Contestado.

Na Bahia, ocorreu a Guerra de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, como descreve Fernandes (2000, p. 29).

A guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil. Conselheiro e seus seguidores instalaram-se na fazenda Canudos em 1893 e passaram a chamar o lugar de Belo Monte. A organização econômica se realizava por meio de trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Em Canudos viveram aproximadamente dez mil pessoas. Acusados falsamente de defender a volta da Monarquia,

foram atacados por expedições militares de quase todo o Brasil. Mais de cinco mil soldados combateram contra os sertanejos de Conselheiro. De outubro de 1896 a outubro de 1897, os ataques do exército foram enfrentados e refreados até o cerco completo e o massacre do povo de canudos.

Com a acusação ao líder Antônio Conselheiro de trabalhar a volta da monarquia, o Estado brasileiro, na época sendo presidente o Sr. Prudente de Moraes, eliminaram cruelmente Canudos. Portanto, o que o Estado composto pela elite realmente buscavam era a permanência do domínio sobre a propriedade da terra e da classe trabalhadora, oprimindo e eliminando essa manifestação que ameaçava o poder, defendendo os interesses da elite local.

Nos estados de Santa Catarina e Paraná, em 1912, aconteceu a Guerra do Contestado em que várias famílias de camponeses foram expropriadas e expulsas de suas terras brutalmente pela empresa norte-americana *Brazil Railway Company*. Essa empresa havia sido contemplada com a concessão de uma faixa de terras de trinta quilômetros de largura compreendido para construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul. Inicia-se um movimento de caráter político-religioso liderado por um homem que se dizia curandeiro, denominado monge José Maria. Com a acusação de proclamar a monarquia, o líder

foi perseguido e morto em uma batalha no qual seus seguidores derrotaram a tropa policial. Mas não houve outro final senão a derrota dos participantes da luta.

(...) aconteceu em a guerra final em dezembro de 1913, quando sete mil homens do exército, mil policiais e trezentos jagunços iniciaram um conjunto de ataques. Aviões foram utilizados para levantamento das localizações dos redutos dos camponeses. Foram encurralados e sem suprimentos começava o fim da resistência (DERENGOSKI, 1987 *apud* FERNANDES, 2000, p. 31).

Prevaleceu à força da elite sobre os pequenos proprietários, posseiros e camponeses que ficaram à margem de todas as possibilidades de sobrevivência e direitos.

A história seguiu seu curso garantindo o direito à propriedade da terra de forma plena de acordo com a Constituição de 1891 (SILVA, 1997, p. 18). Esse direito era apenas da classe que já detinha a propriedade em mãos, a classe dominante.

Com a revolução de 1930, chega ao fim a Lei de Terras de 1850, mas na falta de um instrumento normalizador, esta servia como modelo para respaldar a questão da propriedade de terras devolutas entre particulares e o Estado. Foram

promulgados alguns decretos-leis proibindo o usucapião de terras públicas o que não foi obedecido. A partir daí surgiu uma corrente de opinião preocupada com o desequilíbrio social que causaria, alterando a estrutura fundiária no país. Em 1934, um Anteprojeto da Constituição sofreu influências do grupo que defendia essa posição, limitando o alcance de certos direitos no caso de uso e abuso em nome do interesse social.

O artigo 114 do Anteprojeto, garantidor da propriedade, vinha acompanhado por um parágrafo (1º) que a limitava: “A propriedade tem, antes de tudo, uma função social e não poderá ser exercida contra o interesse coletivo” (SILVA, 1997, p. 18). Não passou de tentativa, e de acordo com o mesmo autor:

(...) esta formulação foi derrotada na Assembleia Constituinte, sendo retiradas dele a expressão “função social” e a possibilidade de outras formas de indenização que não a do pagamento em dinheiro, ficando o artigo assim redigido: “É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização”.

As propostas que surgiram durante todos os momentos da história do Brasil, que diziam respeito a mudar o regime de posses da terra, não surtiram efeito. E no desenrolar das questões de lutas por essa distribuição mais democrática da terra, surge um dos mais importantes movimentos de lutas de classes do campo que foram as Ligas Camponesas. De acordo com Azevedo (1982, p. 55):

As primeiras Ligas Camponesas que surgiram em nosso país remontam ao período imediatamente posterior à redemocratização de 1945. Elas nasceram sob a iniciativa e direção do recém-legalizado Partido Comunista e sob forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil.

Essa organização surgiu com a expansão das grandes plantações direcionadas para exportação. Os pequenos produtores que há décadas trabalhavam sob regime de arrendamentos se viram ameaçados de perderem seus espaços e meio de sobrevivência, com suas pequenas roças de frutas, arroz, milho, feijão e com a ajuda e influência de grupos políticos, organizaram e formaram as Ligas Camponesas. O grupo político que apoiou e trabalhou nessa organização era de oposição ao governo de Getúlio Vargas.

As Ligas Camponesas ganharam força política e durante o governo de João Goulart passaram a ter concorrentes na sua própria classe, uma vez que passou a ser estimulada a sindicalização do trabalhador do campo.

Sua atuação era definida pela reforma agrária radical, acabando com o poder dos grandes proprietários e com o monopólio da terra. Esse modo de luta pela terra foi dizimado com o golpe militar de 1964 (FERNANDES, 2000, p. 33).

No governo de João Goulart, que teve início no ano de 1963, cogitou a intenção de realizar uma reforma agrária concreta para com isso reorganizar o sistema de propriedade da terra que se estabeleceu desde a Lei de Terras de 1850. Houve várias oportunidades de modo que a disputa política e as posições contrárias à reforma se sobrepuseram ao propósito dessa possibilidade e a situação agrária continuou a piorar com o golpe militar de 1964. Yamauti (2005, p. 69) diz que:

No Brasil, no início dos anos 60, as reformas sociais estavam na agenda de governos, partidos, sindicatos, igreja, militares e sociedade civil. Movido pela onda reformista, Magalhães Pinto, governador de Minas Gerais filiado à conservadora União Democrática Nacional (UDN), anunciou o assentamento de 3.000 famílias em terras

pertencentes ao Estado, sublinhando que “não há regime que sobreviva à fome do povo”.

Estaria tudo resolvido e todos os partidos estariam de acordo com as reformas que o Estado brasileiro teria, porém vários foram os caminhos tomados para que isso não acontecesse. Por interesses pessoais e partidários não aprovaram nenhuma reforma. Um grupo de políticos e dirigentes sentiu-se ameaçado com a possibilidade de diversificar suas propriedades e de perderem o poder político.

Yamauti (2005) diz que o governo de João Goulart foi dividido em três fases, observando que nunca o interesse da nação estava em primeiro plano, mas sim dos grupos governantes, partidos políticos e interesses pessoais.

Na primeira, de janeiro a junho de 1963, a reforma agrária não foi aprovada em razão da radicalização da UDN. Os udenistas apostavam na candidatura de Lacerda para as eleições presidenciais de 1965. Por isso, precisava do fracasso da gestão de Goulart no governo e da polarização direita-esquerda para alijar da disputa o candidato de centro, Juscelino Kubitschek, favorito nas pesquisas. Na segunda fase do governo Goulart, de junho a novembro de 1963, a reforma agrária não foi aprovada simplesmente porque o presidente da República não quis. Ele pretendia lançar sobre o Congresso Nacional a culpa pelo fracasso

administrativo de seu governo. A opinião pública deveria notar que o Congresso, dominado por partidos conservadores, é que estava criando obstáculos à realização da reforma agrária e impedindo, dessa forma, a eliminação das fontes estruturais da crise econômica e social do país. Na terceira fase do governo Goulart, de novembro de 1963 a abril de 1964, o início da implementação da reforma agrária aprovada por decreto presidencial foi abortado pelo golpe militar. (YAMALTI, 2005, P. 79)

O Brasil, com o golpe militar de 1964, entra em uma fase crítica tanto quanto na dimensão política quanto no universo social. Se a reforma agrária continuava sendo uma ameaça às elites e latifundiários, foram ao mesmo tempo aniquilados todos os tipos de manifestações a favor de uma melhor distribuição de terras no Brasil.

Os militares aplicaram um projeto agrário com a contribuição do Grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que teve como objetivo principal se contrapor à ação política do governo Goulart e às mobilizações dos grupos populares. Desse projeto originou-se o Estatuto da Terra, que serviu como instrumento para controlar as lutas sociais. O governo militar usou a bandeira da Reforma Agrária desenvolvendo projetos de colonização no norte do país, principalmente no

estado do Amazonas, na promessa de solucionar os problemas sociais no campo (FERNANDES, 1999, p. 32-34).

Em 1970, no governo do presidente Garrastazu Médici, foi fundado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 1971, incrementando a geopolítica⁵ do governo criou-se o PROTERRA. O governo de Médici investiu no que era diferente daquilo que constava dos projetos, culminou com a concentração de terras e reprimiu brutalmente as lutas sociais pela terra. O Estado que teria o papel de proteger o cidadão se conflita com esses próprios cidadãos e de acordo com Martins (1980, p. 51):

O estado, a quem supostamente incumbe zelar pelos direitos fundamentais da pessoa, tem se envolvido, diretamente ou através de empresas públicas em conflitos pela terra. Esse envolvimento fica muito claro nas disputas em torno das desapropriações de lavradores para construção de barragens, como aconteceu em Itaipu e no Vale do São Francisco.

Neste sentido o autor demonstra que o Estado usa de sua força política e de controle para defender os seus interesses.

⁵ Consultar COUTO E SILVA, G. de. Geopolítica e Poder. Rio de Janeiro, Universidade Editora, 2003.

No projeto de colonização da Amazônia Legal, isso fica claro, fazendo propaganda do projeto de colonização levando vários trabalhadores a ocuparem lotes às margens da rodovia. O intuito não era fazer uma distribuição de terras, mas sim, aumentar o contingente na área para um desenvolvimento econômico. O resultado não foi positivo devido à maior parte das terras da Amazônia serem impróprias para o cultivo, sendo designadas mais para a agropecuária extensiva. As medidas políticas desse período garantiram a manutenção dos grandes latifúndios e da monocultura de exportação. Foram expropriados os posseiros e pequenos produtores que existiam na região pelos grileiros que se apossaram das terras.

O reflexo negativo desses projetos se vê até nos dias atuais, sendo que as maiores glebas de terras estão nas mãos de grandes latifundiários e políticos de forma ilegal. As terras da Amazônia, onde se localizavam a maior parte das terras dos projetos de colonização, que deveriam ser distribuídas para a reforma agrária e território indígena, sem contar que os povos indígenas possuem culturas e etnicidades diferentes, portando com uma territorialidade também diferente também deveriam ser respeitados, estão sendo devastadas por ocupações ilegais.

As terras públicas devem ser empregadas prioritariamente no reconhecimento dos territórios indígenas e dos assentamentos para a reforma agrária. Em vez disso, o governo está privilegiando quem ocupou a Amazônia ilegalmente, quem está destruindo a floresta. (MARTINS, 2009, p. 14).

Ao final dos anos de 1970, o Brasil vivencia intensas manifestações sociais, em especial, as greves sindicais na região do ABC paulista. Concomitante a esse processo, no governo de Ernesto Geisel em 1974, o regime militar começa a dar indícios de tempos finais, onde pode ser observado o início desse processo, com o repatriamento de exilados políticos.

No governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, 1979/1985, face às crises econômicas e pressões sociais se finda o regime militar. Derrotado o movimento das Diretas Já no Congresso Nacional, é eleito indiretamente pelo mesmo Congresso o primeiro civil desde 1964: o mineiro Tancredo de Almeida Neves. No entanto, com sua morte à véspera da posse, assume a presidência o vice José Sarney.

As bases políticas desse governo já haviam sido definidas por Tancredo Neves. A questão agrária era um assunto prioritário desse novo governo intensificando seu viés reformista.

Trabalharia no desenvolvimento do II Plano Nacional da Reforma Agrária (II PNRA), e para o INCRA⁶ é nomeado um ativista da reforma agrária. De acordo com Medeiros:

Para o INCRA foi indicado um tradicional ativista da reforma agrária, fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), um dos redatores do Estatuto da Terra do governo Castello Branco e posteriormente secretário do governo Montoro (PMDB -SP), José Gomes da Silva. Junto com eles assumiram diversos quadros técnicos defensores da reforma agrária, que passaram a constituir 17 “grupos de ação” encarregados de elaborar uma proposta para um plano de reforma agrária, que contou com a participação de diversos sindicalistas e assessores ligados aos movimentos dos trabalhadores rurais. (MEDEIROS, 1989, P. 174 *apud* MACIEL, 2005).

No novo plano de reforma agrária elaborado pelo governo de José Sarney, iria trabalhar com a ideia de uma reforma agrária radical, onde haveria desapropriações das terras que não cumpriam sua função social, sendo ela muito discutida, segundo

⁶ INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Está implantado em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais. (MDA, 2009).

Passos, 2004 apud (BARROS e OLIVEIRA, 2007, p. 10):

A função social no direito brasileiro vem de longa data, da época das Sesmarias, quando as leis de Portugal, Ordenações Filipinas e Manoelinas, resguardavam o uso do solo com vistas à sua melhor produtividade. Entretanto, é necessário frisar que havia preocupação somente com a produtividade, não se observando outros elementos como a preservação dos recursos naturais, conforme parâmetros atuais.

Os autores dizem ainda segundo a Constituição Federal de 1988 que:

Ocorre que a Constituição dispõe, ainda, sobre a função social da propriedade no capítulo específico inerente à política agrária, afirmando que:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (p. 9).

Os imóveis rurais que não se encaixassem dentro desse conceito da função social seriam passivos de desapropriação, como também empresas rurais e áreas de conflitos de terras. Daria prioridade à política de assentamento em lugar de valorização da colonização, os trabalhadores estariam em todas as fases da elaboração desse novo plano e as indenizações seriam pagas de acordo com o valor do Imposto Territorial Rural (ITR).

Havia a possibilidade de uma reforma agrária real devido à definição da política de desapropriação de terras por não cumprirem sua função social. Esse item era importantíssimo e deu novas esperanças aos trabalhadores sem-terra e deu força aos movimentos sociais. Sentindo-se ameaçados diante de uma possível reforma, e a reação dos latifundiários se fazia imediata.

A reação dos proprietários de terras não se fez esperar. Em maio mesmo, realizou-se um encontro de “produtores rurais”, organizado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que manifestou vivamente sua desaprovação diante da proposta do governo, porém sua relativa impotência para fazer frente a ele (MEDEIROS; 1989; Rua, 1990 *apud* MACIEL, 2005).

Desse encontro se teve a criação da União Democrática Ruralista (UDR) composta pela ala dos grandes fazendeiros, entre eles muitos políticos que se sentiram ameaçados com a nova proposta. Realizam-se assim, encontros dos produtores rurais organizados por Ronaldo Caiado, representante político da classe ruralista, surgindo a proposta de formação dessa união, que tinha como objetivo principal fazer frente à proposta do governo de realizar um plano de reforma agrária baseada em desapropriações dos latifúndios considerados improdutivos, contrapondo a proposta do governo da realização do II PNRA.

Trava-se uma articulação política contrária ao II PNRA, no qual foram discutidas todas as possibilidades de alterações para a formação do Plano Nacional de Reforma Agrária, e como eram a maioria dos envolvidos no debate, conseguiram que alterações fossem realizadas amenizando e eliminando as propostas iniciais.

Em outubro de 1985 é lançado por Decreto Presidencial o II PNRA, totalmente desfigurado de suas propostas originais, beneficiando mais um a vez a classe dos latifundiários brasileiros. Uma das consequências desse novo plano foi a demissão do presidente do INCRA José Gomes da Silva, um dos

maiores idealista da reforma agrária do governo, enfraquecendo ainda mais a ala reformista do governo de José Sarney.

Começa a partir daí o trabalho da UDR para a promoção da classe na Constituinte que irá ser promulgada em 1988. Esta organiza várias manifestações contando com a participação dos produtores rurais. Em 1986 organiza-se o Dia Nacional da Defesa da Propriedade Privada, realizado paralelamente ao Dia Nacional de Ocupação, organizado pelos movimentos de trabalhadores rurais (RUA, 1990, p. 290 *apud* MACIEL, 2005).

Mesmo com toda pressão a UDR não conseguiu retirar da pauta a questão da reforma agrária, pois vários seguimentos da sociedade estavam empenhados em trabalhar para que fosse inclusa na Carta Magna, o que só ocorreu devido ao abaixo-assinado de mais de um milhão e meio de assinaturas. O que aconteceu é que nenhuma das duas partes conseguiu impor seus pontos de vistas. As entidades representantes dos trabalhadores rurais conseguiram que a função social fosse o critério avaliado para as desapropriações e os latifundiários conseguiram que fossem isentas as propriedades

consideradas produtivas qualquer que fosse o seu tamanho.

Do lado oposto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais dos Sem-Terra (MST), a CONTAG e apoiados pela Igreja Católica e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), lutavam para que aquilo que inicialmente havia sido deliberado no II PNRA viesse ser vingado na Constituinte. O MST lutava com resistência, enfrentamento direto, ocupações, assentamentos e manifestações, diferentemente da CONTAG que procurou um caminho mais ameno para se discutir a questão. Com isso o MST ganhou espaço e força nacional.

Os cinco anos do governo Sarney vencem (1985-1990) e não se tem uma ação concreta em relação à questão fundiária do campo. Aparecem os próximos governos com suas políticas neoliberais que reprimem cada vez mais a questão.

No governo do então eleito presidente Fernando Collor de Melo (1989-1992), muito pouco se avançou na questão da reforma agrária. O que aconteceu foram apenas algumas formas de amenizar os conflitos existentes, como por exemplo, a criação do Programa da Terra, que tinha uma meta de assentar 400.000 famílias em quatro anos de mandato. Esta meta segundo Feliciano (2003, p. 53)

apud Gonçalves (2005) “era ínfima se comparada a do governo anterior que previa o assentamento de 1,4 milhões famílias”. No governo de Collor, nenhuma ação foi feita para que se pudesse pensar em uma reforma na questão fundiária, pois sua política neoliberal impossibilitou qualquer possibilidade de avanço na questão da reforma agrária.

O governo de Itamar Franco⁷ começa sem nenhuma proposta para a reforma agrária. O que se registrou foi mais uma vez apenas administrar e tentar conter os conflitos e ocupações de terra. Mesmo sem uma política que fizesse progredir uma discussão para tentar resolver e fazer acontecer uma reforma agrária real, nesse governo houve uma abertura de “um dialogo com os movimentos sociais existente no campo, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra” (FELICIANO, 2003, p. 54 *apud* GONÇALVES, 2005).

Fernando Henrique Cardoso (FHC), então presidente recém-eleito pelo povo nas eleições presidenciais de 1993, com sua ideologia neoliberal vai trazer algumas transformações ao Brasil, principalmente na iniciativa privada, que sempre vai

⁷ Com o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, assume em seu lugar o vice Itamar Franco que cumpre o restante do mandato até 1994.

ser privilegiada nos mais diversos setores. Na questão agrária, no seu primeiro mandato trabalhou com uma política de assentamentos. Nesse período, o governo defendia a tese que não havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra (CARDOSO, 1991, p.10 *apud* FERNANDES, 2003). No final do seu mandato não teve um resultado positivo, acontecendo dois episódios lamentáveis: os massacres de Corumbiara, Rondônia, em 1995 e de Eldorado dos Carajás, Pará, em 1996, o que agravou muito o conflito no campo. Sem contar com o aumento das invasões que passaram de vinte mil em 1994 para setenta e seis mil em 1998.

No seu segundo mandato (1998-2002), mudou a estratégia tratando de forma dura os movimentos sociais criminalizando quem participasse de invasões. A família que participasse de uma invasão não seria assentada e as terras invadidas ficariam isentas por dois anos de vistoria para fins de reforma agrária e de quatro anos se sofresse uma nova invasão.

Nos seus dois mandatos FHC não possuía um plano para a reforma agrária. Os assentamentos elaborados nada mais foram do que a legalização das famílias já estabelecidas como posseiros,

principalmente na região norte do país. A reforma agrária foi tratada sob uma ótica mercantilista desenvolvido junto ao Banco Mundial, traduzido no Programa do Banco da Terra, sancionado pela Lei Complementar nº 93, de fevereiro de 1998 e regulamentado pelo Decreto nº 3.207 de 13 de abril de 1999. O objetivo principal dessa nova lei era o de promover a reforma agrária de mercado, diferentemente da reforma agrária tradicional que está pautada na desapropriação por interesse social de latifúndios que não cumprem a sua função social. Esta nova forma de “reforma agrária de mercado” tinha o objetivo de levar o pequeno produtor a conseguir sua terra para trabalhar através de financiamentos. Estes financiamentos foram concedidos com acordo de empréstimo junto ao Banco Mundial, existindo no Brasil até o ano de 2002, 72 agências do Banco da Terra que por sua vez concediam empréstimos às associações formadas com o objetivo de desenvolver os assentamentos. De acordo com Brasil, MDA, 2002 (*apud* SANTOS, 2005, p. 38):

Contribuir para a quebra do ciclo da exclusão social e gerar emprego e renda no campo, sendo tomado como um importante mecanismo para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo e a melhoria do seu bem estar.

O próximo governo foi do então atual presidente Luís Inácio Lula da Silva que vindo de uma corrente de esquerda, seria a esperança para o país em se tratando de reforma agrária, pois sua posição política sempre foi de apoio aos movimentos. No início de seu governo houve sinais de possibilidades de melhorias a respeito da questão agrária, nomeação de pessoas ligadas a correntes políticas de esquerda para cargos de vital importância para o desenvolvimento de políticas agrárias, como o INCRA. Passados alguns anos, o que se observa é que não mudou muita coisa na realidade do campo brasileiro não se alterou. Não existe uma política sistemática relacionada à questão agrária, e ao mesmo tempo, até pela ligação embrionária entre o PT, partido do presidente e o MST, verifica-se um atenuamento por parte destes nas ações relativas à reforma agrária. Algo que em nosso entendimento deveria ser mais bem analisado em trabalhos específicos essa situação.

2. O MUNICÍPIO DE FRUTAL/MG E O PROCESSO DE LUTA EM BUSCA DA TERRA

2.1 – O MUNICÍPIO DE FRUTAL

O município de Frutal/MG teve o seu início por volta de 1835 servindo de caminho a boiadeiros que levavam suas boiadas para os estados de Goiás e Mato Grosso. Por aqui paravam com suas comitivas, por ser um local com muita água e abundância em frutas, sobretudo de jabuticabas. Com esse processo, fixou residência por essas bandas a família do Sr. Alcides e Paula Gomes e deu-se o início a um povoado que em 1890 veio a se emancipar como município em 4 de outubro de 1887 (PLASTINO, 2003).

A formação de Frutal foi baseada na economia rural, com suas fazendas de gado e lavouras diversificadas, e através de sua história evoluiu e se tornou um município importante no Triângulo Mineiro devido à sua localização e acesso aos quatro cantos do Brasil. Atualmente, o município de Frutal está entre os mais importantes na região do Triângulo Mineiro, pela diversidade de sua produção agrícola.

O município possui hoje, de acordo com informações da Emater/Frutal, 2009, 1816

propriedades rurais. As culturas no município estão distribuídas na seguinte ordem: 160.000 ha com gado leiteiro e de corte, 42.000 ha em cultivo de cana-de-açúcar, 10.000 ha em soja, 8.500 ha em laranja, 5.000 ha em lavouras de abacaxis, 3.000 ha de milho em grãos, 1000 ha de milho para silagem, 800 ha em sorgo forrageiro e 600 ha de feijão irrigado.

Por ser um município de formação agrícola e grande área rural, estaria sujeito a possuir acampamentos que fazem parte do movimento social do MST, porém não possui acampamentos de Trabalhadores Sem-Terra. O que existe são dois assentamentos provindos do Programa Banco da Terra, o tema deste trabalho. O processo de formação destes se deu de uma forma diferente, não havendo desapropriações, e sim a compra da terra.

O Movimento dos Sem-Terra busca a distribuição de terras de forma justa através da luta constante e firme, usando os acampamentos à beira das estradas como uma forma de pressão para que haja a desapropriação para fins da reforma agrária.

No intuito de buscar informações para elaboração deste trabalho, foi feita uma visita a um acampamento às margens da rodovia federal BR 153 próximo ao município de Prata/MG, onde existem 45 famílias acampadas esperando o trâmite do processo

de desapropriação de uma fazenda naquela localidade.

2.2 – O PROCESSO DE LUTA EM BUSCA DA TERRA

A luta pela terra é uma questão histórica e a partir da década de 1980 se intensificou com o maior representante desse processo que é o MST. Assim pretende-se fazer um paralelo analisando o processo de busca pela terra nos dois processos. Veremos a visão dos participantes do Movimento de Luta dos Sem-Terra e dos assentados do Programa do Banco da Terra no assentamento do Bananal, no município de Frutal/MG.

Em visita realizada em junho de 2009, às margens da rodovia BR 153, onde existe um acampamento que faz parte do Movimento de Luta dos Sem-Terra (MLST), há quarenta e cinco famílias acampadas aguardando o desenrolar do processo de desapropriação de uma fazenda considerada improdutiva por não desempenhar sua “função social”.

O objetivo dessa visita foi de analisar como é o processo de busca pela terra através dos movimentos sociais. As informações contidas neste texto foram

nos fornecidas pelo líder do acampamento e pelo líder do movimento regional que também está residindo no local. Foi feito um acordo informal de não divulgarmos o nome das pessoas as quais nos forneceram as entrevistas.

Existe uma organização clara desses acampamentos nos quais há um líder local trabalhando e organizando de acordo com determinações da base do MLST. Cada pessoa que se une ao grupo para lutar por um pedaço de terra, traz dentro de si o sonho de um dia ser proprietário e poder desenvolver suas atividades agrícolas para sobrevivência sua e da família. Há requisitos a serem seguidos para se unir ao grupo. É feita uma pesquisa sobre a pessoa, pela qual se avalia a conduta, a idoneidade e se realmente está decidido a participar do movimento, devido a grandes restrições em suas vidas. O cotidiano dessas pessoas não é fácil, pois deparam com muitos problemas, como nos relatou um dos acampados: *“Sofremos com a falta de infraestrutura, com o calor e às vezes até com a falta de alimentos. Não temos energia, daí não temos possibilidade de guardar alimentos como carne, leite e outros, mas vamos vivendo em busca de nossos sonhos.”*

A desconfiança da sociedade, que tem formada a ideia que toda pessoa que participa da luta pela terra é baderneira, é uma constante. A líder relatou que: *“a época que chegamos aqui, qualquer roubo, problema acontecido nas fazendas do local, a culpa recaía sobre os acampados. Davam parte à polícia e eles vinham diretos aqui dizendo que nos denunciaram e queriam encontrar o culpado.”*

As famílias acampadas no local vieram de uma fazenda do município de Frutal, próximo ao distrito de Aparecida de Minas, onde haviam invadido, mas foram obrigados a deixar depois de uma ordem de desocupação. De acordo com a medida provisória 2109-52, de 2001, determinava-se que: *“os cadastrados da reforma agrária se afastassem de qualquer conflito de terra, dando aos latifundiários que tivessem suas terras invadidas dois anos de não desapropriação e mais dois anos em caso de reincidência.”*

Segundo o líder do movimento:

O que nós vemos na mídia no nosso dia-a-dia, as invasões, conflitos, nada mais é de que uma armação por parte de fazendeiros buscando a possibilidade de proteger-se da desapropriação. Buscam auxílio junto a pessoas ligadas aos movimentos sociais, pessoas sem escrúpulos e traindo a ideologia de luta, se vendem e levam seu povo para essas

fazendas. Não são ações inocentes, pois todos os líderes do movimento conhecem as regras e as leis.

Os acampamentos existentes em várias partes do país, e em questão, os que existem no município de Prata fazem parte de um processo de luta.

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas as experiências de resistências dos Sem-Terras. (FERNANDES, 2000, p. 281).

O líder regional do movimento foi questionado sobre o que era a reforma agrária afirmando:

(...) a reforma agrária pra mim é um sonho. Durmo e acordo com esse sonho que faz parte de minha vida. Tudo que eu quero é conseguir um pedaço de terra para poder produzir meu alimento e construir minha vida e de minha família em cima do que poderei chamar de meu. Às vezes penso em desistir, mas se fizer isso, o que farei de minha vida? Tenho minha vida aqui, que é a luta e minha família e o sonho não pode parar.

Nota-se uma realidade vivida no dia-a-dia dessas pessoas que buscam a possibilidade de possuírem um pedaço de terra. Correm atrás desse sonho através da luta pela terra nos movimentos

sociais ao qual a maioria da sociedade não tem conhecimento do mínimo do que representa. O que se observa na relação entre essas pessoas que fazem parte desse acampamento e estão na luta em busca da terra e as pessoas já estabelecidas no assentamento do Programa do Banco da Terra no município de Frutal, objeto de estudo deste trabalho, é o diferente processo que percorrem para a obtenção de seu objetivo. Os participantes da luta sofrem, acampam, enfrentam a sociedade que tem um olhar descaracterizador de seus personagens. Tem a terra como objetivo único de seus sonhos, e esse sonho se estende a todos os outros participantes, não só local, mas em todas as partes do Brasil.

São pessoas simples, de baixa escolaridade e vivem do trabalho braçal, buscando seu sustento nas fazendas vizinhas trabalhando como diaristas. E quando conseguem a terra, vários outros participantes partem para um outro local participando de outros acampamentos, pois essa é a “arma” que eles possuem para manterem de pé o que acreditam numa reforma agrária de verdade, uma distribuição de terras justa e uma condição de vida melhor para suas famílias e todas as outras que também correm atrás desse mesmo sonho.

Os assentados do Programa do Banco da Terra também são pessoas que tinham um sonho de conseguir um pedaço de terra, porém não com o intuito de sobreviver dela. Muitos deles nunca trabalharam na lavoura, não fazem parte do grupo de pessoas oriundas do campo. São trabalhadores urbanos que desempenharam várias funções. Alguns são diaristas que trabalhavam na lavoura, nas fazendas de laranjas, usinas e outras. Para conseguirem a terra, formaram uma associação e através de financiamento, compraram seus lotes e se mudaram para o local. Não existe aí um processo demorado, uma ideologia em busca de uma distribuição de terras justa, mas sim objetivos particulares que são conseguidos seguindo trâmites do processo legal para obtenção do bem que é a terra com dinheiro público. Faz-se aqui uma observação no qual não se pode afirmar que as pessoas que fazem parte do MST são todos trabalhadores do campo, o que seria uma proposta para outra pesquisa.

Esse modo de distribuição de terra não está dentro da perspectiva de reforma agrária no seu sentido tradicional, pois, não se baseia em desapropriação do grande latifúndio por falta de cumprir a função social da terra.

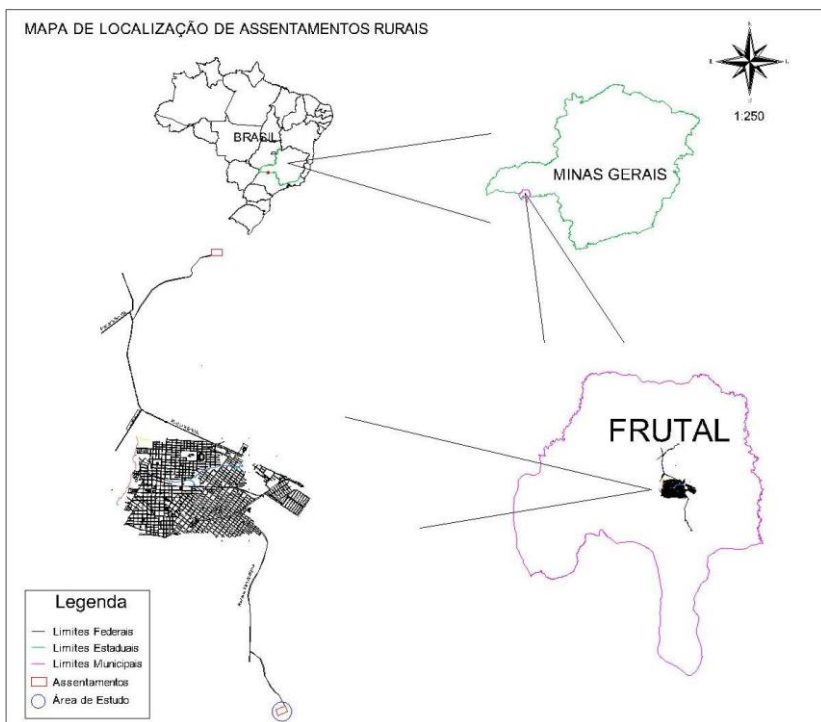
Nobre, Miele & Zavaris (1985) cita o Estatuto da Terra que especifica a Reforma Agrária como “o conjunto de medidas que visam promover a distribuição da terra mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade”. Assim se pressupõe uma mudança de regime da posse e uso da terra, mas não de estrutura. Nesse sentido, o programa do Banco da Terra é um instrumento com o intuito de amenizar os conflitos fundiários, e não de estrutura do sistema.

Está caracterizando uma reforma agrária de mercado, pois o modo de obtenção da terra é através de recursos públicos com prazos prolongados para quitação da dívida. Se analisarmos a história, é apenas uma forma de dar uma resposta à sociedade para amenizar a questão dos conflitos agrários. Vimos historicamente que não houve no Brasil uma reforma agrária de verdade. O Estatuto da Terra só define a reforma agrária, e nada mais que isso. E de acordo com Martins (1980, p. 39) que diz que “a terra é um bem natural... a terra é uma dádiva de Deus, por isso é de todos”. Mas quem possui a propriedade? Só uma parcela da sociedade, os grandes latifundiários e ao que tudo indica, será difícil essa reforma se tornar uma realidade. Isso

porque vai contra os interesses dos grandes latifundiários, dos dirigentes da nação que estão inclusos nesse grupo, vai contra o capital.

3. O PROJETO BANCO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE FRUTAL

Em Frutal/MG existem dois assentamentos do Programa Banco da Terra., como mostra o mapa o mapa 3 a seguir:



Mapa 3 – Autor: NETO, jun. 2009.

Um assentamento se localiza na fazenda Rocinha, sendo este com doze lotes e o outro na fazenda São Bento da Ressaca, onde focamos nossa análise. Esse é denominado de Bananal devido à existência de um córrego próximo a ele que possui esse nome. Essa informação foi relatada por um diálogo informal de um assentado. De acordo com a placa de inauguração do projeto, como mostra a foto abaixo, colocada na entrada do assentamento, esse foi criado no ano de 2001. O Programa do Banco da Terra beneficiou doze famílias através de uma associação criada para obtenção do benefício. Essa associação foi denominada Associação dos Agricultores Familiares de Frutal, com foi financiamento de uma área total de 58.2625 hectares no valor de R\$ 276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil reais). Esta área foi dividida em doze lotes iguais.



Foto 1: Placa de fundação do assentamento Bananal.
Autor: BERTOLDO. Jan. 2009.

O assentamento do Bananal possui uma área destinada à reserva legal como é definido pela lei 7.803 de 18 de julho de 1989. (MP nº 1956-50/00 Art. 16, inciso II). (JUSBRASIL, 2009).

A área é banhada pelo córrego do Bananal, e de acordo com o Código Florestal Brasileiro lei 4.777/65 § 2º tem que preservar as matas ciliares. A largura da faixa de mata ciliar a ser preservada depende da largura do curso de água, e no assentamento, por uma observação empírica, o córrego Bananal possui menos de dez metros de largura, o que obriga a preservação de uma faixa de

trinta metros de largura em toda a sua extensão (IEF. MG, 2009).

Os moradores do assentamento dizem que isso é uma preocupação a mais, porque a área já é pequena e, seguindo a lei referente à preservação da mata ciliar, irá diminuir ainda mais a área para desenvolver as atividades agrícolas.

Com o objetivo de conhecer a realidade dos moradores do assentamento, foi feita uma visita ao local, e, por meio de entrevistas, teve-se conhecimento de como é a vida destes assentados. Ao chegar ao local, já se vê as casas existentes em cada lote, como esta referida na foto a seguir. É uma construção antiga que fazia parte da fazenda comprada para a execução do assentamento.



Foto 2: Primeira casa mais antiga do assentamento. Autor: FERREIRA, jan. 2009.

Realizamos uma entrevista com os assentados que analisaremos a seguir. O primeiro assentado, depois de uma conversa bem informal, se propôs a responder o questionário. Descobriu-se através da entrevista que há dificuldades na manutenção do lote, por falta de máquina, de assessoramento técnico, o que não permite o assentado desenvolver uma atividade agrícola que lhe proporcionará viver só da renda dessa atividade. O entrevistado relatou que trabalha na cidade como pedreiro para complementação da renda para sobrevivência. Afirmou que continua no lote por ser de sua propriedade, que gosta de plantar e do sossego do local. Para ele é mais um passatempo. No quintal de sua pequena casa há pés de frutas como amora, caju, uma pequena plantação de milho, como mostra a foto a seguir e também plantação de pimentas.



Foto 3: Plantação de milho do primeiro assentado. Autor: BERTOLDO, jan. 2009.

O segundo entrevistado é uma pessoa que chegou ao lugar devido à morte do primeiro assentado que conseguiu a terra, e como estava na família, permaneceu no lugar e pretende continuar ali. Afirmou que o fato de conseguir a terra não melhorou muito sua condição de vida, por falta de recursos financeiros para desenvolver a produção agrícola no lote. O cultivo de produtos diversificados desenvolvida com recursos próprios e com a ajuda dos outros assentados é uma prática comum nesse

lote. Relatou que se sente uma pessoa feliz, que gosta do lugar e quer desenvolver e organizar seu lote para ter o lugar ideal para passar sua vida.

O próximo entrevistado foi o idealizador do movimento para conseguir a terra por meio do Programa do Banco da Terra. Relatou que tomou conhecimento desse projeto acessando a Internet. Após conhecer a proposta do Projeto, reuniu a família e parentes e lançou a ideia de formar uma associação para conseguir acesso a terra. Uma particularidade neste assentamento é que todos os assentados são membros ou parentes de uma mesma família. Outra entrevistada foi a mãe do idealizador da associação (hoje a moradora mais idosa do local). Aposentada em sua profissão de professora de ensino primário, afirmou estar muito feliz em residir ali, onde encontra sossego e tranquilidade. Segundo ela, não pensa em voltar para residir na cidade. A atual produção do lote é apenas para subsistência, o que nos relatou a moradora, o que permite ter uma boa qualidade de vida.

Nesta mesma casa, onde mora a assentada mais idosa do local, todos os assentados se reuniram e propuseram a participar da pesquisa. O quarto entrevistado foi uma das pessoas que se mostrou mais contente e empolgado com a vida que leva na

terra. Disse que sempre trabalhou na roça como empregado e tinha muita vontade de ter sua própria terra. Afirmou que não pensou duas vezes quando foi convidado a participar da associação. Toda sua família mora no lote e não pretende sair dali. Os filhos ajudam nas tarefas da produção agrícola. A cultura de pimentas é o principal cultivo do lote desse entrevistado. A foto a seguir, mostra uma plantação de pimentas existente no lote.



Foto 4: Plantação de pimentas no quarto lote. Autor: BERTOLDO, jan. 2009.



Foto 5: Formação de mudas diversificadas. Autor: BERTOLDO, jan. 2009.



Foto 6: Criação de cabras. Autor: BERTOLDO, jan. 2009.

No início das atividades do assentamento, a associação contava com o apoio da CONAB, que é a Companhia Nacional de Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Foi criada por Decreto Presidencial e autorizada pela Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1º de janeiro de 1991. O surgimento da CONAB representou um passo importante na racionalização da estrutura do Governo Federal, pois se originou da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais sejam, abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente. A CONAB é a agência oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, visando assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado (MDA. BRASIL, 2009).

Enquanto a associação possuía o contrato com essa instituição, a comercialização dos produtos era garantida, e devido a problemas internos na associação, como o não cumprimento com algumas

cláusulas contratuais por parte de alguns dos membros da associação resultou na perda dessa parceria, o que dificultou a comercialização da produção excedente. Esta informação foi relatada por um entrevistado, porém não foi mostrado um documento fundamentando tal informação e nem o entrevistado deu maiores explicações.

No decorrer das entrevistas, cada assentado expôs suas ideias e dificuldades que eram muito semelhantes entre si. A falta de recursos financeiros para investir nas atividades tanto agrícolas como pecuária e outros, insuficiência de terra, 4,84 hectares por lote, cumprimento das leis ambientais como preservação da mata ciliar que diminui ainda mais a área, o que não permite diversificar e associar o cultivo com a criação de gado, porcos e outros e viver destas atividades. Trinta por cento dos moradores relataram que estão insatisfeitos com o decorrer de suas vidas ali, porque os trabalhos desenvolvidos relativos à agricultura não dão condições de ter uma vida financeira tranquila, o que os obrigaram buscar trabalho em outros ramos, como na Usina Frutal e outras atividades na área urbana para complementação da renda.

Todos no assentamento, na sua implantação, tiveram financiamento do PRONAF, que é o

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os micros e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades nos moldes da agricultura familiar. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares (BRASIL, MDA, 2009). Esse financiamento foi destinado aos assentados para construir infraestrutura para que pudessem morar no local e desenvolver algum tipo de cultura ou outra atividade como produção de leite, criação de frango caipira e de granja, criação de porcos.

Os assentados tinham um contrato com a CONAB, e a primeira atividade agrícola, apesar de alguns contratemplos, como inexperiência, falta de informação técnica entre outros, teve uma produção satisfatória. Após algum tempo, houve desavenças internas por parte de alguns dos assentados que não concordavam com a maneira que estava sendo conduzida a questão da venda dos produtos, porque o

preço já era estabelecido em contrato, o que não concordavam. Houve também, de acordo com o relato de alguns entrevistados, o não cumprimento do acordo firmado com a instituição referente a entregas e qualidades dos produtos e, por isso, perdeu-se a parceria, o que dificultou a vida para todos no assentamento.

Através desse trabalho de entrevistas feito com os assentados, tem-se uma ideia de como é a organização em termos de produção, manutenção e convivência no assentamento, e um fator que auxilia em certa ordem e coesão social é o fato de todos pertencerem a uma mesma família, como relatou o segundo entrevistado *“somos todos parentes, então quando algum de nós tiver dificuldade em alguma coisa, todos ajudam como é o meu caso...”*.

Muita coisa tem que ser analisada para poder chegar a uma conclusão, mas o que se observa é que o Programa Banco da Terra foi um programa do governo que tinha a finalidade de resolver em parte o problema de acesso a terras. Mas para que este programa pudesse dar certo, mesmo ao revés de haver verdadeira reforma agrária, seria necessário que o governo tivesse oferecido assistência financeira e técnica permanente. Com isso, os assentados poderiam ter desenvolvido suas atividades

em suas pequenas propriedades, terem tido uma melhor condição de vida e garantido sua permanência no campo.

Por dedução, cremos que diante das dificuldades, o projeto inicial, que, de acordo com MDA (2009) seria o fortalecimento das atividades da produção agrícola familiar, integrando-os à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhes aumento de renda e agregando valor aos produtos e à propriedade, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores, tende-se a ser desfalecido e a permanência dos assentados no lugar é um ponto de interrogação.

O questionário aplicado solicitou aos assentados para falarem um pouco como foi o passado, como está sendo o presente e o que espera para o futuro. Foram entrevistados os assentados preservando suas identidades, de acordo com o projeto de não identificar os sujeitos da pesquisa pelo nome.

De acordo com as resposta obtidas, foi dividida a questão em três partes, analisadas cada uma delas. A primeira parte descreve o momento em que os entrevistados falam de como foram seu passado.

Foi uma vida difícil, sempre trabalhando, já trabalhei de várias coisas e o último serviço antes de vir para o assentamento foi na Cooperativa de Frutal.

Não sou da roça, morei em fazenda até aos dezesseis anos. Depois fui pra cidade, estudei, fiz curso no colégio agrícola, fiz curso de topografia. Já trabalhei em várias empresas por todo Brasil. Descombinei com a mulher e separamos.

Morava na cidade e trabalhava para os outros por dia.

Morava na cidade e trabalhava na usina.

Era aposentada e ficava quieta. Trabalhei a vida toda como professora. Era professora de primário, porque antigamente fazia só o quarto ano e podia ser professora.

Trabalhava em uma oficina de retífica de motores.

Sempre trabalhei muito. Fui motorista, trabalhei em fazenda como retireiro (tirador de leite), trabalhei de tratorista e outras atividades sempre ligadas à vida do campo. Quando fui convidado a participar da Associação para conseguir um pedaço de terra, vi uma oportunidade de concretizar um sonho que era a de possuir meu próprio pedaço de chão e viver com qualidade, porque é da roça que eu gosto.

Sempre morei com meus pais, depois me casei e continuei morando na cidade e o meu marido trabalhando na usina, isso em outra cidade, no estado de São Paulo.

Trabalhava de mecânico em uma empresa na cidade de Frutal chamada de Tratorvale.

Sempre trabalhei como funcionária no comércio. Já trabalhei fora da cidade de Frutal, mas acabei voltando.

Observa-se que todos os entrevistados vêm de um passado de vida urbana e trabalhos assalariados. Alguns com alguma experiência de vida relacionada ao campo. Tem-se uma ideia que não são pessoas da terra, trabalhadores rurais e todos manifestam a mesma vontade de continuar morando no assentamento e ter uma vida melhor, com qualidade, principalmente no que diz respeito à alimentação e tranquilidade.

Em seguida descreve-se a fala dos entrevistados relatando de como está sendo seu presente:

Depois do Projeto melhorou um pouco, porque temos um lugar pra ir. Ainda continuo trabalhando de pedreiro na cidade, porque aqui não consegue retirar uma renda para sobreviver. Venho aqui mais nos finais de semana, cuidar das plantas e porque é sossegado, ninguém amola.

Hoje moro sozinho aqui. Na ultima empresa que eu trabalhava consegui um problema na coluna. Daí o primeiro dono desse lote morreu e eu entrei como o próximo proprietário. Hoje ta bom, planto frutas, maracujá, pimenta. Crio frango, carneiro e vacas, procuro diversificar bastante, porque se um não der o outro compensa.

Hoje tá bem melhor pelo fato de ter a própria terra.

Hoje tá muito bom, continuo trabalhando na usina e agora possuo um pedaço de terra.

Depois de conseguir a terra vim pra cá e não quero voltar para cidade, porque aqui tem sossego, tudo que consumimos é produzido aqui, sem veneno, tem qualidade de vida.

Depois de vim pra cá, fiquei três anos com a renda do leite e outros tipos de produção como pimenta. Hoje trabalho na usina para complementar a renda porque só do meu lote não consigo me manter. Depois de conseguir o pedaço de terra, comecei a trabalhar com o leite, vendia leite na cidade, de porta em porta, até que foi ficando difícil porque comecei a levar muito calote. As coisas aqui do assentamento foi ficando difícil porque perdemos o convênio com a CONAB, e tivemos que se virar de outro jeito. Continuamos a tirar o leite e vender ao laticínio, a criar frangos e vender na cidade, e estou correndo atrás de minha aposentadoria.

Entramos também na Associação e conseguimos o nosso pedaço de chão. Nunca moramos aqui, quem trabalha e mantém a propriedade é meu pai. Só começamos a construir a nossa casa aqui.

Depois de conseguir a terra vim morar aqui, e hoje trabalho na usina com a mesma profissão e continuo morando no assentamento e vejo que a vida hoje está na mesma.

Hoje tá muito bom, porque consigo ter uma boa qualidade de vida, a renda que tenho é de minha aposentadoria e complemento quando vendo um pouco das pimentas que cultivo aqui no assentamento.

Como vimos nas falas dos entrevistados, a maioria está satisfeita com a situação atual e dizem que estão bem melhor do que a vida que tinham antes, pelo fato de serem proprietários de terra. Exceto o entrevistado nove, que diz que a vida continua a mesma. Em seguida, descreve-se a última parte da questão que é o que eles, os assentados esperam para o futuro. Veremos as respostas:

Não espero muita coisa, só to querendo sombra e sossego.

Pretendo continuar no terreno, conseguir reformar isso aqui e fazer um lugar muito bom para viver com sossego. Só não forço muito porque minha coluna não deixa.

É melhor para criar os filhos e aqui todos trabalham.

Espero que melhore.

Quero continuar aqui e continuar servindo a Deus.

Pretendo manter aqui na terra para ter uma boa qualidade de vida.

*O que espero para o futuro e reativar o convênio com a CONAB e conseguir minha aposentadoria porque a saúde já não ajuda muito, mas quero continuar aqui porque é daqui que eu gosto e tenho uma boa qualidade de vida.
...mas pretendo vir morar aqui para ficar junto com minha família e poder viver com boa qualidade de vida.*

Talvez tenha que mudar para a cidade para os filhos estudarem, mas por enquanto vai ficando no assentamento e se mudar o jeito de trabalhar consegue produzir.(Ele quis dizer que “mudar o jeito”, é ter mais dinheiro para investir, isso só conseguirá se sair novo financiamento do banco, o que será possível se legalizarem a situação da associação.

Pretendo continuar morando aqui no assentamento.

A opinião da maior parte dos assentados é o desejo de permanecer no assentamento. Querem continuar tendo boa qualidade de vida e sossego. Observa-se que na questão de renda, eles sempre dizem que os lotes que lhes pertencem e que as atividades econômicas ali realizadas não são suficientes para obter renda para sua sobrevivência, portanto buscam outras atividades fora do assentamento para complementar.

Todas as famílias do assentamento possuem pequeno número de pessoas e, como foi dito anteriormente, todos querem continuar no local. Foi

questionado qual é o maior sonho que eles têm, e suas respostas foram breves e diretas, como será descrito em seguida através das falas dos entrevistados:

Organizar a casa do terreno.

Ar tranquilo do assentamento.

Formar os filhos.

Ser cada dia mais crente seguindo a Deus.

A volta da CONAB e através dela melhorar a aquisição de renda.

Quitar a dívida da terra.

Ter uma casa aqui no assentamento junto à minha mãe.

Não tenho sonho, porque acho que não tem condição de melhorar porque não tem união.

Conseguir produzir mais e realizar os projetos de produção da terra.

Observa-se que são perspectivas comuns entre os assentados querendo apenas melhorar um pouco a situação de vida resolvendo questões corriqueiras do dia-a-dia. Um dos entrevistados quer apenas

continuar a ter fé, o que se pode concluir, que diante da situação, o que restou para essa entrevistada foi apenas a fé em “Deus” que entende ser uma coisa boa e faz parte do imaginário popular. Como contraponto um dos entrevistados diz não ter sonho, podendo notar que alguma situação interna do assentamento lhe faz ter essa atitude. Ou seja, o único que de fato procura realizar uma visão crítica da realidade. Enfim, todos os entrevistados se mostram realizados em parte, não demonstrando um sinal de busca, de luta, como o que acontece, por exemplo, no movimento do MST quando conseguem a terra, se estabelecem, deixam alguém da família no local e entram na luta de novo em busca de novas conquistas.

O próximo questionamento procurou desvelar um pouco o que havia mudado na vida depois de deixar a cidade e vir morar no assentamento. Temos em seguida as falas dos entrevistados:

Não mudou nada, apenas tenho um pouca mais de sossego nos finais de semana.

Não mudou muito porque falta dinheiro.

Mudou o sossego. Aqui se tem mais sossego. Trabalhamos por conta e ainda trabalhamos para os outros.

Melhorou muito. O custo de vida, a qualidade de vida.

Melhorou muito, porque tive mais saúde pelo motivo de sossego. Tem mais qualidade de vida.

Foi um atraso, porque atrasou a minha profissionalização, se estivesse na cidade, tinha terminado a faculdade e já estaria atuando na minha área como um profissional.

Melhorou muito a qualidade de vida. Aqui se tem mais sossego, agente planta tudo o comemos, criamos galinha, porcos, vacas, leite e é um lugar que não pretendemos deixar.

Ainda não moro no assentamento.

Mudou o sossego que é outro, mas tive dificuldade das filhas irem para a escola.

“Mudou muito, mais sossego, mais qualidade de vida.

O que podemos notar nas falas dos entrevistados, é que houve mudanças em suas vidas para melhor, outra vez frisando a questão do sossego e tranquilidade, qualidade de vida. três dos assentados, um que mora na cidade e só vai aos finais de semana para o assentamento, diz que nada mudou. Outro que mora no local, diz que “*não mudou porque falta dinheiro*”, e o outro que diz ter sido “*um atraso...*”. Essas manifestações são referentes à questão da renda, visto que a maior parte não consegue obtê-la suficientemente para manterem

suas vidas só da terra, exigindo que permaneçam realizando atividades profissionais na cidade. Essa questão indica uma realidade da maior parte dos pequenos produtores rurais no Brasil, ou seja, se por um lado possuem a terra, por outro, não possuem acesso ao crédito, a máquinas, assistência técnica, como técnicas agrárias, veterinárias ou convênios que garantem a absorção da produção. São extremas dificuldades que, no conjunto, também tendem a acarretar uma baixa produtividade da terra e culturas agrícolas.

Após conseguir a posse da terra, de acordo com o Programa do Banco da Terra, todos os assentados tiveram que optar por um tipo de cultivo ou atividade a ser desenvolvida nos lotes. Na seguinte pergunta feita aos assentados: depois de conseguir a terra, indagamos qual foi sua primeira atividade rural exercida para a geração de renda e por que optou por essa atividade? Essas foram as respostas:

Leite. Optei por essa atividade porque era mais simples e obtive dinheiro através do PRONAF que deu para comprar cinco vacas. Liberou doze mil reais para fazer a casa e com a associação comprou máquinas.

Peguei esse terreno depois que um assentado morreu. Exerci várias atividades como leite, plantei maracujá, coco, criação de cabrito.

Milho, porque no começo teve incentivo da EMATER, só que depois ficou muito ruim.

Milho, arroz e abacaxi porque era melhor para cuidar e plantou em parceria com outros assentados.

Criação de frango caipira e vacas leiteiras. Porque cada assentado tinha que escolher um tipo de atividade. Não deu resultados, porque enquanto tinha a parceria com o CONAB, ia bem, perdeu a parceria, ficou difícil e não deu o resultado esperado.

Leite e frango de granja.

Vacas leiteiras, porque gosta desta atividade.

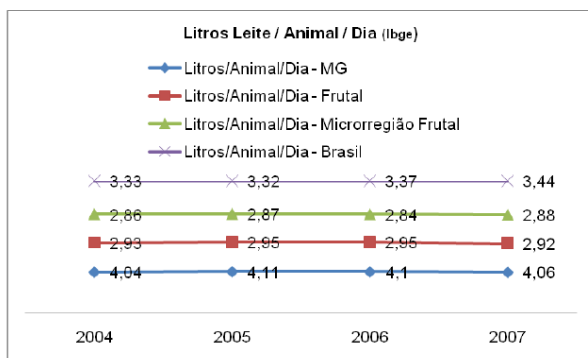
Vacas leiteiras, conseguindo quatro vacas com o financiamento do PRONAF e meu pai, cuidaria e manteria o manuseio destes animais.

Foi o leite por achar uma atividade mais fácil.

Plantação de mandioca para fazer polvilho e farinha, e a maior parte da farinha foi vendida através da CONAB e o polvilho vendi na cidade nos outros comércios.

Dos nove entrevistados, a maior parte fez opção pela criação de gado leiteiro e os demais por outras culturas de pouca rentabilidade no mercado. No tocante ao leite, Frutal como um todo, vem

passando por uma queda gradativa da produção deste, em relação litros/ dia /animal, ficando bem abaixo das médias nacional e mineira, sobressaindo somente em relação à média obtida pela microrregião de Frutal.



Fonte: IBGE, 2009. Organização, tabulação e cálculos das médias: GONÇALVES, jun. 2009.

Como já destacado, a agricultura praticada na pequena propriedade rural no Brasil enfrenta historicamente grandes dificuldades de produção, bem como o retorno financeiro que seus proprietários conseguem. O Banco da Terra, tal como exposto até aqui, não consegue ao menos no local estudado, reverter esta situação, reproduzindo uma reforma agrária medíocre. Não houve distribuição de terras, não houve desconcentração de latifúndio, o que houve foi assentar indivíduos na terra, sem possuir

políticas agrícolas e sociais capazes de reverter à situação calamitosa do pequeno produtor. A posição da CONAB em cancelar o contrato com os assentados referidos no nesse trabalho, é na clara evidência de que a reforma agrária via este Programa do Banco da Terra, é de viés mercadológico.

Isso é confirmado pela forma da aquisição da terra que foi através da associação fundada para a execução do projeto. E logo no início, os assentados receberam um financiamento do PRONAF para a infraestrutura do lote e começo de suas atividades agrícolas, onde optaram pelas atividades citadas acima. O único que não fez o financiamento foi o que se apossou da terra devido a morte do titular. Por esse motivo começou a desenvolver atividades agrícolas com recursos próprios e com a ajuda dos parentes, que no caso, são os outros assentados.

O contrato com a CONAB no início das atividades agrícolas, foi um diferencial aos assentados enquanto estava em funcionamento, devido ser uma forma garantida de escoamento da produção e os preços praticados era de mercado. Isso garantiu aos proprietários de lotes a obtenção por um tempo, enquanto funcionou essa parceria de uma renda satisfatória. Só depois que houve desavenças entre os assentados, devido ao não cumprimento do

contrato por parte de alguns associados, é que perderam essa forma de vender seus produtos. Isso dificultou a vida no assentamento, como vimos nos relatos de alguns moradores. O que poderia ser resolvido se possuísse uma política agrícola e social compatível.

A questão de permanência no assentamento, por parte dos assentados, foi confirmada e reforçada depois que foram questionados se pretendiam continuar morando no assentamento, o que nos relataram:

Não, não moro no assentamento, mas pretendo vir morar aqui.

Sim, quero reformar essa casa e melhorar o meu lote.

Sim, pretendo continuar aqui porque aqui que vejo o futuro, uma melhor condição de vida.

Sim, acho aqui melhor que a cidade.

Sim, gosto muito do local.

Sim, pretendo melhorar cada vez mais.

Sim, aqui é meu lugar, onde gosto e espero ter saúde para continuar trabalhando a terra. Vou à cidade só para passear.

Não moro no assentamento, mas tenho a pretensão de vir morar.

*Sim, pelo menos até os filhos começarem na faculdade.
Sim, não tenho vontade de sair daqui.*

Dois entrevistados que não moram no assentamento pretendem virem a morar. Os outros assentados foram categóricos, dizem que vão continuar e expressam essa vontade com convicção. Continuam trabalhando, desfrutando do espaço que lhes foi concedido e vão continuar a viver buscando sempre melhor qualidade de vida. A produção continua apesar de não haver no momento qualquer incentivo por parte de nenhum órgão financeiro ou governamental. Essa produção hoje garante somente parte da renda dos assentados, o que implica exercer outras atividades na cidade.

Foram indagados os assentados sobre o que produzem por ordem do que lhes proporciona maior renda e qual quantidade em volume, no quais eles nos relataram:

Não produzo em meu lote, só um pouco de leite.

*Tudo que planta uai. Agora tou tentando coco gairova.
Alface, 350 pés por semana e pimenta.*

Agora crio bezerro, mais ou menos dez bezerros ao ano.

Queijo, mais ou menos oito queijos por semana.

Bezerro para gado de corte e frango caipira, mais ou menos cem frangos a cada quarenta e cinco dias.

Queijos, cem peças ao mês.

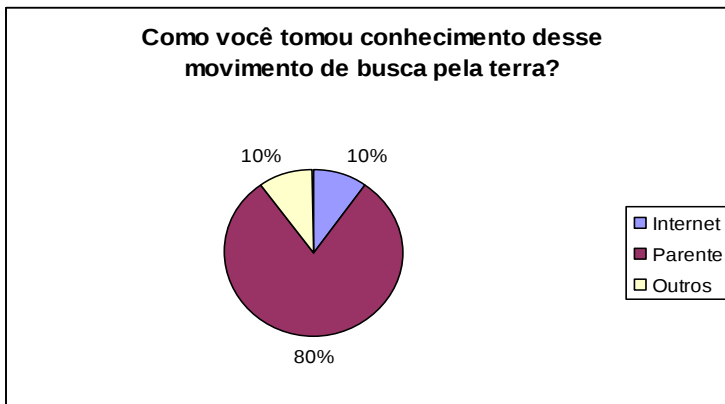
Está vinculado à terra do pai que fica por conta da prestação.

Galinhas, cem cabeças por mês.

Pimenta, mais ou menos trezentos litros por produção de janeiro a março.

Os assentados afirmaram que o que produzem não dá muita renda, o que levam buscar complemento fora do assentamento para poder manterem as despesas e manutenção de suas vidas. O que se pode notar nas falas de cada entrevistado é que apesar das dificuldades relatadas, se sentem felizes e realizados por possuírem um espaço que podem chamar de seu, de sua propriedade. Vejamos alguns gráficos a fim de entendermos melhor a realidade do assentamento, desde a sua formação aos dias atuais.

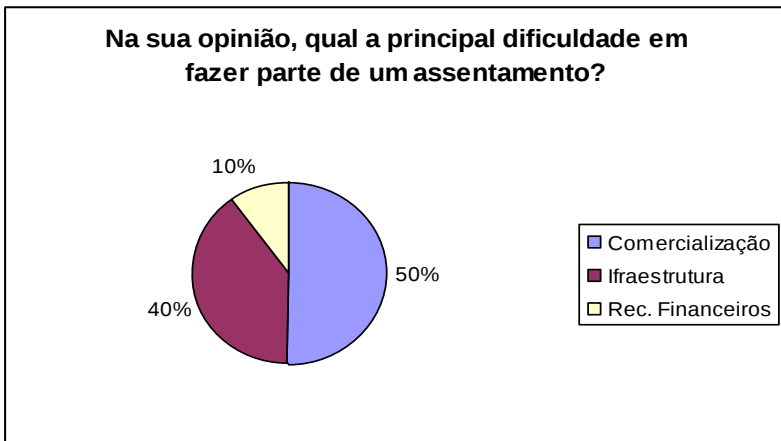
Gráfico 3 - Descobrimdo o movimento de busca pela terra.



Organização e tabulação das medias: BERTOLDO, jul. 2009.

Nota-se neste gráfico que a busca pela terra não foi por força de movimento social, e sim por decisão de um grupo de pessoas com laços familiares que se uniram com a finalidade de conseguir a terra através de um projeto do governo. Dez por cento representados pela cor azul representam o indivíduo do grupo que buscou informações pela internet reunindo parentes e formando uma associação para a execução do projeto.

Gráfico 4 - Qual a dificuldade?



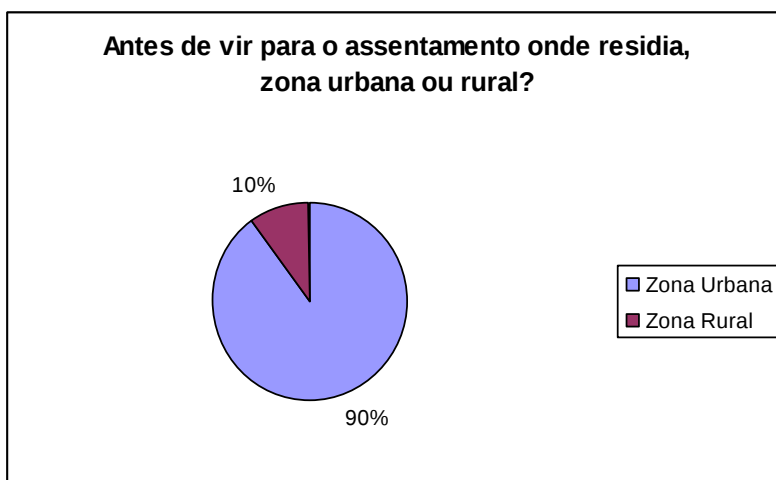
Organização e cálculos das medias: BERTOLDO, Jul. 2009.

As dificuldades que os assentados relataram referentes à comercialização estão ligadas à perda do contrato que mantinham com a CONAB, através do qual se estabelecia um destino para produção que garantia a renda. A infraestrutura refere-se ao financiamento que tiveram no início do assentamento. O valor do financiamento foi muito pequeno. Houve assim, investimento por conta própria ou com a ajuda dos parentes.

Os recursos financeiros são referentes à continuação do desenvolvimento de atividades dentro do lote, o que demanda dinheiro. E como não estão

conseguindo ter rendimentos necessários, passam por dificuldades para desenvolver atividades agropecuária e agrícolas. Porque além de não possuírem dinheiro para desenvolverem tais atividades, a comercialização se tornou difícil, pois, como a produção é pequena, não conseguem preços justos, que lhes permitem terem renda.

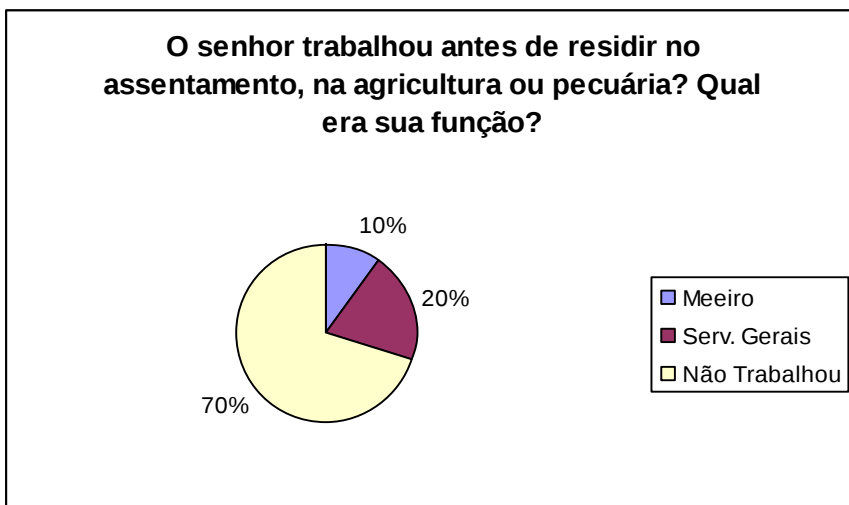
Gráfico 5 - De onde vens?



Organização e cálculos das medias: BERTOLDO, Jul. 2009.

Observa-se que a maioria dos assentados veio da zona urbana, não sendo agricultores que estavam em busca de terras para sobreviver. Apenas um assentado veio da zona rural.

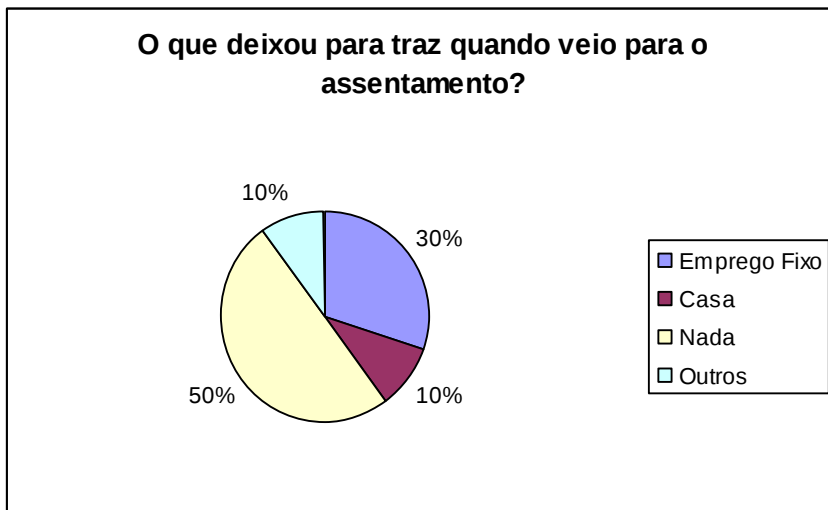
Gráfico 6 - É um trabalhador rural?



Organização e cálculos das medias: BERTOLDO, Jul. 2009.

Nesse gráfico observamos o que já mencionamos antes, que a maioria dos assentados vem da zona urbana, que não teve uma história de trabalho rural. Continua com 10% com experiência nos serviços da roça e 20% já trabalharam, mas como diaristas e outros serviços sem a experiência de serem agricultores.

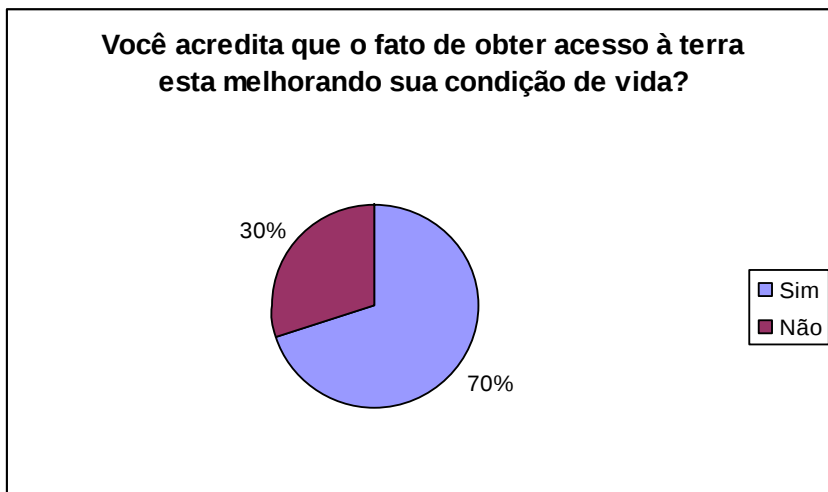
Gráfico 7 - O que deixou para traz?



Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, Jul. 2009.

Ao virem para o assentamento, metade dos assentados disse que não teve que abandonar nada, como emprego fixo, família ou casa na cidade. Os 30% que deixaram empregos viram a oportunidade de possuírem seu pedaço de terra e entraram na associação. Era uma condição necessária do processo: morar no local. Uma pequena parte, representando 10% deixou só a casa de morada e veio para o assentamento.

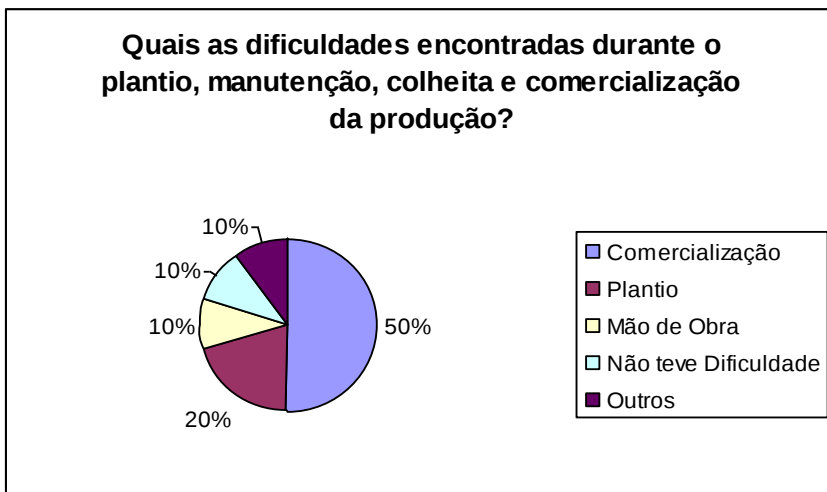
Gráfico 8 - Busca por uma vida melhor.



Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, jul. 2009.

A maior parte dos assentados concorda que melhorou principalmente no que diz respeito à qualidade de vida. Eles têm sossego, tranquilidade, ter uma alimentação sem agrotóxicos e ar puro. A menor parte representada por 30% diz que não melhorou, nem está melhorando, pois não conseguem ter uma renda considerada boa para a permanência no assentamento. São os que deixaram emprego fixo na cidade e se mudaram para o local.

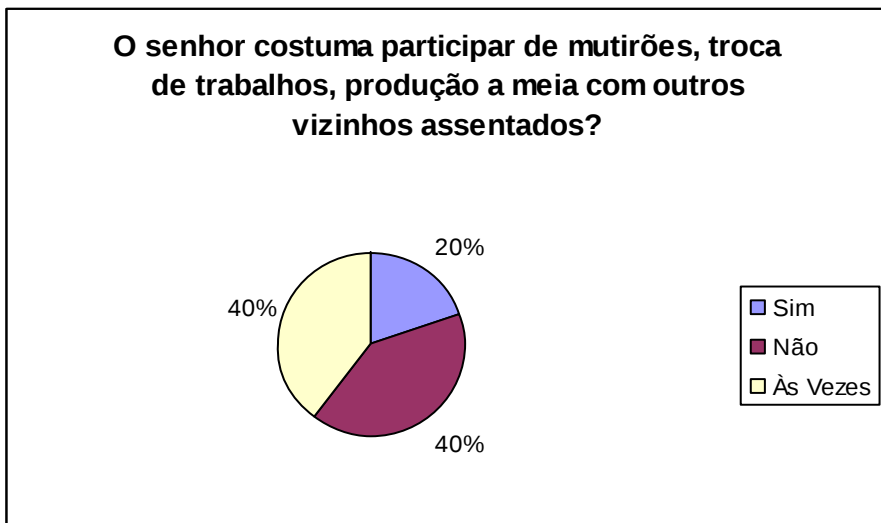
Gráfico 9 - Dificuldades nas atividades agrícolas.



Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, Jul. 2009.

As respostas foram variadas, sendo as maiores dificuldades a comercialização e o plantio. Houve dificuldades pela falta de experiências que tinham com o manejo da terra. No início tiveram assistência técnica, que não foi suficiente para desenvolverem plantações que pudessem render lucros.

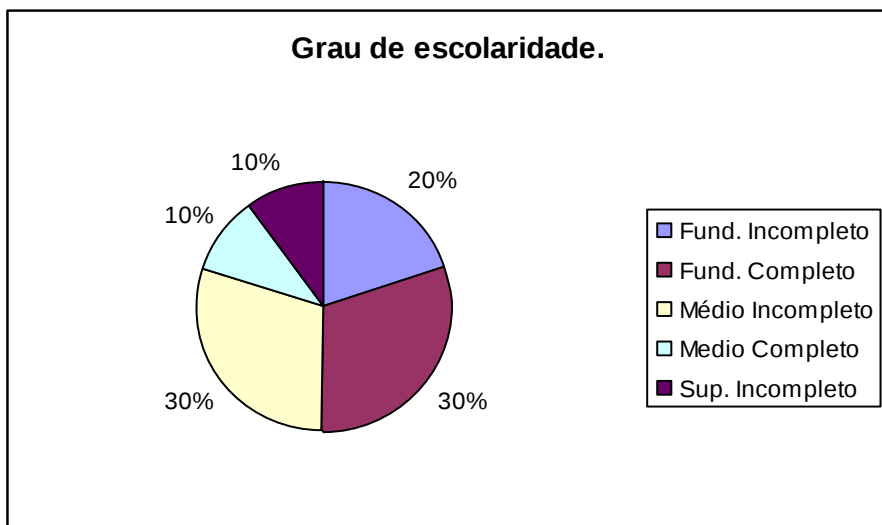
Gráfico 10 - Parcerias.



Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, Jul. 2009.

O trabalho mútuo não é uma constante apesar dos assentados possuírem laços familiares. A maioria consegue manter os trabalhos sem a ajuda dos outros. A ajuda acontece mais onde os lotes são em comum, no caso de pais e filhos.

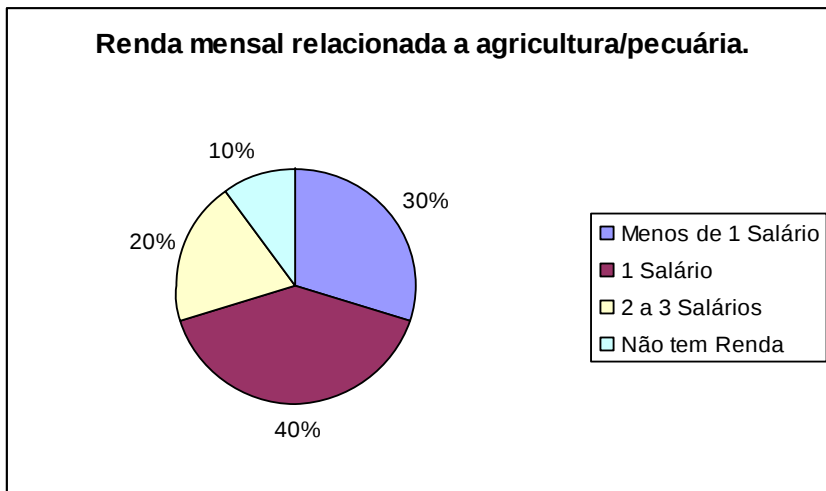
Gráfico 11 - Escolaridade.



Organização e cálculos das medias: BERTOLDO, Jul. 2009.

O nível de escolaridade das pessoas que moram no assentamento do Bananal, vai do fundamental incompleto ao superior incompleto. Vieram da zona urbana e tiveram oportunidade de estudar, mas isso não redundou, por exemplo, em uma articulação política entre os assentados que visasse uma melhoria de vida coletiva. Uma união ao qual lutassem de modo a buscarem soluções que melhorassem suas condições de permanência na terra.

Gráfico 12 - Renda.



Organização e cálculos das médias: BERTOLDO, jul. 2009.

A questão da renda no assentamento explica porque a maioria dos assentados busca complementação por outros meios. Observa-se que 70% dos assentados não conseguem obter da terra mais que um salário mínimo, que hoje possui um valor de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais) o que não possibilita a terem uma vida tranquila financeiramente se não buscarem outros meios. De acordo com as entrevistas faltam incentivos financeiros, espaço para diversificação de culturas e há dificuldade para comercializar os produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil notamos que a problemática de acesso a terra, pensando aqui essencialmente o campo, se estende enquanto problema social também às cidades. Foi e continua a ser uma infeliz realidade e uma questão a ser resolvida no âmbito social e não mercadológico como até o presente momento é fato imperativo.

Em um primeiro momento o regime escravista que percorreu vários séculos até a proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra foi a base de sustentação da produção realizada no campo. Mesmo assim, a escravidão interna veio até quase o final do século XIX, quando foi abolida, pelo menos na lei. Diante disso, o problema da terra, o acesso a essa, aumentou ainda mais o problema, pois esse escravo “livre” não possuía nada além de sua força de trabalho.

Substituíram o escravo pelo imigrante, sendo que esse demonstrava interesse em trabalhar na terra e, em um dado momento, também o sonho de ter seu pedaço de chão. As elites rurais, visto que se sentiram ameaçadas, criaram mecanismos para impossibilitarem esses trabalhadores, ex-escravos e imigrantes e a população pobre em geral, de

conseguirem seu pedaço de chão. Oficializaram via a Lei de Terras (em 1850) a terra como uma mercadoria, aumentando ainda mais a concentração nas mãos de poucos e ao mesmo tempo as desigualdades sociais no campo.

O século XX se iniciou e houve tentativas para que ocorresse uma distribuição mais justa por meio de uma Reforma Agrária. Essas tentativas partiram de grupos com interesses políticos, mobilizando uma parcela da população em torno da questão. Com o advento dos meios de comunicação, em particular, do rádio, houve uma maior adesão desses grupos, representados pelos partidos políticos que defendiam a causa da Reforma Agrária. Porém a cada possibilidade que houve para realização desse projeto, forças maiores impediram sua realização.

Surge em 1985 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Movimento social e político vêm desde a sua formação realizando pressões por mudanças na estrutura fundiária brasileira, mas por parte do Estado pouco ou nada de concreto foi feito até hoje.

No governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado o Programa do Banco da Terra. Esse Programa estava dentro de uma política que foi denominada de “reforma agrária de mercado”,

baseado na ideia de que só o mercado resolve essas questões, o que não se comprovou. Pois todas as políticas estão voltadas para o grande produtor, para a agricultura voltada à exportação, para o grande latifundiário, não possibilitando aos pequenos produtores sobreviverem.

A Reforma Agrária está baseada na desapropriação do grande latifúndio para distribuição dessas terras aos trabalhadores rurais que dependem do campo para sobreviver. A forma como foi executado esse Programa do Banco da Terra, não pode ser caracterizado de Reforma Agrária, porque na sua essência, e aqui defendemos essa prerrogativa de modo aberto, deve ser um instrumento de emancipação social e de cidadania e não via as leis do mercado, que como sabemos são excludentes e tendem permanentemente caminhar em direção ao monopólio. Portanto, assumo a tese de Caio Prado Junior, onde ele diz de revolução, onde creio ser a maneira que há para que se mude de maneira concreta a problemática fundiária no campo. Creio que desta maneira, poderemos chegar a uma distribuição de terras justa fazendo valer o direito que todos nos temos à ela, sendo esta um bem comum.

O Brasil é um país de grandes concentrações de terras e não existe uma política agrária capaz de fazer uma real reforma agrária. O Programa do Banco da Terra não é reforma agrária no seu sentido de uma revolução, com uma distribuição de terras e desconcentração do latifúndio. Segue a parâmetros mercadológicos levando as pessoas que vivem no espaço dos assentamentos continuarem na luta pela sobrevivência passando por dificuldades financeiras e não conseguindo desenvolverem seus pequenos lotes.

As pequenas manifestações por parte da classe política brasileira se dão por pressões exercidas pelos movimentos sociais, principalmente pelo MST. E dentro das perspectivas de desenvolvimentos dessa luta pela terra, não se pode esperar muito, pois, se houver uma reforma agrária real, abalará a estrutura agrária brasileira e irá ferir o interesse econômico da classe que detém a propriedade da terra. E principalmente da classe política, no qual se encontram os representantes hegemônicos do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. R. A política de assentamentos rurais do governo de FHC e os desafios da Reforma Agrária no Brasil do século XXI. *Agrária*, nº 1, p. 2-15, 2004. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/1/alentejano.pdf>> Acesso em 15 de jul. 2009.

ATLAS DA QUESTAO AGRÁRIA BRASILEIRA. 2008.

Disponível em:
<<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>> Acesso em 17 out. 2009.

AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1982.

BARROS, R, M, de C; OLIVEIRA, L, J, de. A discussão prática da função social da propriedade rural. Disponível em
<<http://www.diritto.it/archivio/1/24016.pdf>> Acesso em 10/09/09.

BERTOLDO, R. P. A permanência da problemática da questão fundiária no campo – um estudo de caso

no município de Frutal. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Frutal/MG, 2009.

CARDOSO, F. H. 1991 “Prefácio”, in Graziano Neto, F. A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil (São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP). 1991. In: FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. Departamento de Geografia Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro. 2003. Disponível em <<http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/osal/osal11/org/d1fernandes.pdf>> Acesso em 20 ago. 2009.

HOLANDA, C. B. *Morte e vida Severina*. São Paulo. Philips, 1966.

COUTO E SILVA, G. de. *Geopolítica e Poder*. Rio de Janeiro, Universidade Editora, 2003.

FELICIANO, C. A. (2003). O movimento camponês rebelde e a geografia da Reforma Agrária. São Paulo: USP. Dissertação de Mestrado em Geografia, mimeo. In: GONÇALVES, R.. Assentamentos como pactos

de (des)interesses nos governos democráticos. Disponível em: <
http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf> Acesso em 20 jul. 2009.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. In: SERRA, C. A. T.. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra no Brasil. *Alceu* v. 4, n. 7, 2003. Disponível em: <<http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Serra.pdf>> Acesso em 31 ago. 2009.

GIRARDI, E, P. Atlas da questão agrária brasileira. Estrutura fundiária. UNESP, 2008. In: ATLAS DA QUESTAO AGRÁRIA BRASILEIRA. Disponível em:<<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>> Acesso em 17 out. 2009.

FAUSTO, B. História do Brasil. EDUSP. São Paulo. 2.003. In: LEITE, L. M. C. A apropriação das terras brasileiras. Anotações Preliminares. 2007 Disponível em:<
<http://www.ucpel.tche.br/ojs/index.php/direito/article/view/201/172>> Acesso em: 25 ago. 2009.

FERNANDES, B. M. *MST, formação e territorialização*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula*. Departamento de Geografia Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro. 2003. Disponível em <http://www.hechohistorico.com.ar/Trabajos/Osal/os_al/osal11/org/d1fernandes.pdf> Acesso em 20 ago. 2009.

FERREIRA. R. R. Discente do curso de Licenciatura em Geografia. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Frutal/MG, 2009.

NETO. G. B. Discente do curso de Licenciatura em Geografia. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Frutal/MG, 2009.

GONÇALVES, R.. Assentamentos como pactos de (des) interesses nos governos democráticos. Disponível em: <

http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_renata.pdf > Acesso em 20 jul. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – 2009.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censoagropecuario/2006>> Acesso 20 ago. 2009.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA. 2009.

Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/florestas/reserva-legal>> Acesso em 10 jul. 2009.

JUSBRASIL LEGISLAÇÃO. 2009.

Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/102544/medi-da-provisoria-1956-50-00>> Acesso em 10 jul. 2009.

LEITE, L. M. C. A apropriação das terras brasileiras. Anotações Preliminares. 2007 Disponível em:<<http://www.ucpel.tche.br/ojs/index.php/direito/article/view/201/172>> Acesso em: 25 ago. 2009.

MACIEL, D. Questão agrária e política no governo de Sarney e na constituinte (1985-1990). Rev.

Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA/FEA – Goiás, n. 02, p. 171-193, 2005. Disponível em: <<http://www.faculdadeanicuns.edu.br/>> Acesso em 10 jul. 2009.

MARTINS, G. G. *Os impactos raciais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, R. Western amazônico. **Revista Carta Capital**. São Paulo, 18 mar 2009. p. 12-17.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989. In: MACIEL, D. Questão agrária e política no governo de Sarney e na constituinte (1985-1990). Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA/FEA – Goiás, n. 02, p. 171-193, 2005. Disponível em: <<http://www.faculdadeanicuns.edu.br/>> Acesso em 10 jul. 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. 2009.

Disponível em: <www.mda.org.br> Acesso em 10 jul. 2009.

NOBRE, G. F.; MIELE, N.; ZAVARIS, T. C.. *Serviço Social e Sociedade*. A questão agrária no Brasil. São Paulo, dez, 1985. Ano VI. n. 19: p. 108-125.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo. Ática, 1986.

PASSOS, C. L. A função social do imóvel rural. *Direito Agrário Contemporâneo*. Coordenação de Barroso, L. A., e Passos, C. L. 2004. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. In: BARROS, R, M, de C; OLIVEIRA, L, J, de. A discussão prática da função social da propriedade rural. Disponível em <<http://www.diritto.it/archivio/1/24016.pdf>> Acesso em 10/09/09.

PLASTINO, E. *Apontamentos Históricos de Fructal*. Frutal: Oficina das artes, 2003.

PRADO JR. C. *A revolução brasileira*. 7ª Ed., São Paulo: Brasiliense, 1999.

RUA, M. das G. A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil In: *Ciências Sociais Hoje, 1990*. Anuário da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS, São Paulo: Vértice. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, (282- 310) 1990. In: MACIEL, D. Questão agrária e política no governo de Sarney e na constituinte (1985-1990). Rev. Faculdade de Educação e Ciências Humanas de Anicuns – FECHA/FEA – Goiás, n. 02, p. 171-193, 2005. Disponível em: <<http://www.faculdadeanicuns.edu.br/>> Acesso em 10 jul. 2009.

SANTOS, F. F. dos. Políticas fundiárias e desenvolvimento local: O papel do Banco da Terra na reconstrução do rural. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná - UFPR. 2005. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/1884/7421/1/fabiofragadossantos.pdf>> Acesso em 25 mar. 2009.

SERRA, C. A. T. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra no Brasil. *Alceu* v. 4, n. 7, 2003. Disponível em: <<http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Serra.pdf> > Acesso em 31 ago. 2009.

SILVA, L. O. Leis agrárias e o latifúndio improdutivo. *São Paulo em Perspectiva* 11(2), 1997. Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_02.pdf > Acesso em 20 ago. 2009.

STEFANINI, L. de L. A Propriedade no Direito Agrário. 1a. Ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 1978. In: LEITE, L. M. C. A apropriação das terras brasileiras. *Anotações Preliminares*. 2007 Disponível em:< <http://www.ucpel.tche.br/ojs/index.php/direito/article/view/201/172>> Acesso em: 25 ago. 2009.

YAMAUTI, N. N. A questão da reforma agrária no governo João Goulart. 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/1174/596> > Acesso em 20 ago. 2009.

ANEXOS

**Universidade do Estado de Minas Gerais -
Campus Frutal – MG.**

Curso de geografia

**Professor orientador: Profº.: Ms. André Vinícius
Martinez**

**Alunos pesquisadores: Reginei P. Bertoldo e
Rubens R. Ferreira**

Questionário. As questões abaixo têm por objetivo estudar o processo de formação e as estratégias desenvolvidas pelos assentados da fazenda Rocinha no município de Frutal-MG, para se instalar e permanecer na terra. Os dados e informações serão apresentados de forma integrada e sem a identificação dos entrevistados. Obrigado pela colaboração.

1 – Fale um pouco como foi seu passado, com está sendo o presente e o que espera para o seu futuro.

2 – Como você tomou conhecimento desse movimento de busca pela terra?

3 – A decisão de entrar no movimento foi só do senhor ou da família?

4 – Qual ou quais os motivos que levaram você a escolher entrar no movimento dos sem-terra?

5 – Que tipo de obstáculo encontrou ao decidir participar do movimento? Quanto tempo demorou para conseguir a posse da terra? Data da posse.

7 – Na sua visão, qual(ais) é (são) a(s) principal(ais) dificuldade(s) encontrada(s) em fazer parte de um assentamento?

(a) falta de infra-estrutura (energia elétrica, água, saneamento, mão de obra, máquinas).

(b) dificuldade de convivência com os outro assentados.

(c) falta de condições para comercializar a produção.

(d) falta de condições para compra de máquinas, sementes, defensivos, adubos, etc.

8 – Sua família é composta por quantos membros e quantos residem no assentamento?

9 – Antes de vir para o assentamento onde residia?

(a) zona urbana (b) zona rural

10 - O senhor trabalhou, antes de residir no acampamento, na agricultura ou pecuária? Qual era sua condição de trabalho? ()proprietário ()arrendatário ()meeiro ()outros.

11 – Qual é o seu maior sonho?

12 – O que deixou para traz para vir para o assentamento?

(a)família (b)terras (c)outra propriedade (d)emprego fixo (e) Outro

13 – O que mudou na sua vida depois de deixar a cidade para vir morar no campo?

14 – Você acredita que o fato de obter acesso a terra está melhorando a sua condição de vida?

15 – Depois de conseguir a terra qual foi sua primeira atividade rural exercida para geração de renda e porque optou por esta atividade?

16 – Como iniciou essa primeira produção? Teve ajuda financeira de algum órgão institucional? Em caso afirmativo qual?

17 – Quais as dificuldades encontradas durante o plantio, manutenção, colheita e comercialização da produção?

18 – Como é realizada a divisão dos trabalhos na lavoura ou pecuária?

(a)só o proprietário (b) família (c)troca de serviço entre vizinhos (d)outros. Especifique.

19 - O senhor costuma participar de mutirões, troca de trabalhos, produção a meia ou desenvolve alguma outra produção em conjunto com outros vizinhos assentados?

(☐) sim (☐)não (☐)às vezes - Se afirmativo, explique como isso acontece.

20 - O senhor pretende continuar morando no assentamento com sua família?(☐)sim (☐)não - Justifique

21 – O que você produz, por ordem do que rende mais renda e qual quantidade em volume?

22 – O que você mais gosta no assentamento?

23 – O que você menos gosta no assentamento?

24 – Grau de escolaridade. (a)fundamental completo
(b)fundamental incompleto (c)ensino médio
completo (d)ensino médio incompleto (e)outro.
Especifique

25 – Renda mensal (relacionada a
agricultura/agropecuária). (a)1 salário mínimo (b)de
2 a 3 salários mínimos (c) de 4 a 5 salários mínimos
(d) mais de 6 salários mínimos (e)outros.
Especifique

The logo for Editora Prospectiva features a large, solid black triangle pointing upwards. Inside this black triangle is a white outline of a triangle, also pointing upwards. The text "Editora Prospectiva" is written in a white, bold, sans-serif font across the middle of the white triangle. The entire logo is centered on a rectangular background with a vertical gradient from light red at the top to a darker red at the bottom.

Editora Prospectiva